

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO



**PROGRAMA
DE COMUTAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA**

CAPES/SESU/FINEP/IBICT

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VILA DA BARRA - RIO GRANDE – RS:
UMA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM UMA COMUNIDADE DE
PESCADORES ARTESANAIS

JOÃO RENATO MOURA BARCELLOS

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção de grau de **Mestre em Educação Ambiental**

Orientadora: Profª Drª Nágila Caporlíngua Giesta

Rio Grande, 2003.

A SOCIEDADE GLOBAL

Considerando que, vivemos em um mundo globalizado, onde ações realizadas em um lugar podem afetar de forma positiva ou negativa realidades em qualquer outra parte deste mundo, como por exemplo a política do setor pesqueiro no Brasil, que é influenciada por interesses de multinacionais do setor, voltadas predominantemente para o mercado externo, podemos afirmar que comunidades pesqueiras como a estudada, sofrem com a ausência de subsídios e financiamentos para a pesca artesanal, pois sua produção é direcionada apenas para o mercado interno, fato este, que se opõe aos interesses de multinacionais ligadas a atividade pesqueira. Assim, entendo importante abordar como se organiza este planeta globalizado.

Ianni (1996), defende a idéia de que a sociedade global substitui as sociedades nacionais. Segundo este autor, o mundo separado em capitalismo e socialismo cede lugar para um mundo capitalista, multipolarizado, mas repleto de experiências socialistas. Conceitos como o dos três mundos, centro, periferia, imperialismo, dependência, milagre econômico, sociedade nacional, Estado-Nação, projeto nacional, caminho nacional para o socialismo, caminho nacional para o desenvolvimento capitalista, revolução nacional, etc são insuficientes e inadequados para expressarem os acontecimentos ocorridos em diversos lugares, regiões, nações e continentes. O autor diz que *os conceitos envelheceram, ficaram descolados do real, já que o real continua a mover-se, transformar-se. Em certos momentos, ele parece repetir-se de modo enfadonho, mas em outros revela-se diferente, novo, fascinante, insólito, surpreendente (Ianni, 1996:35).*

O capitalismo global vai além de suas fronteiras nacionais. Com isto perdem poder os Estados-Nações, tanto os dependentes, quanto os dominantes. Hoje, as sociedades

apesar de suas diferenças, desigualdades, contradições e tensões estão articuladas por um sistema de sociedade global que compreende estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, mesmo que ainda de forma desigual e contraditória. O autor considera que, neste contexto, os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, lingüísticos, religiosos podem recrudescer, mas o momento aponta para a constituição de uma sociedade global.

Um conjunto de novas técnicas disponíveis influenciam de forma direta as noções de tempo e de espaço, orientando para a integração e a sincronia. São incrementos para as mudanças da produção em todos os sentidos e radicalizam o processo de globalização cultural.

A comunicação possibilita não só o conhecimento do que acontece a milhares de quilômetros, como também a interação. As viagens são realizadas tanto no sentido real, como no virtual. Os satélites, TV, cabos de fibra ótica, telemática e outros meios de comunicação alteraram de forma importante as noções de tempo e espaço. O sistema informacional que interliga o planeta, aproxima eventos e pessoas distantes geograficamente ao mesmo tempo que possui a capacidade de distanciar o que está próximo.

As fronteiras físicas que antes eram estabelecidas em cidades, países e continentes se fragilizam. Novos valores e formas de poder determinam fronteiras fundamentadas em questões étnicas, culturais e econômicas, ao invés das questões geográficas.

Este autor escolhe como uma das características principais da sociedade global o papel desenvolvido pela empresas, corporações, ou conglomerados multinacionais, que segundo ele, já começavam a ganhar visibilidade em fins do século XIX, com o surgimento

dos monopólios, trustes e cartéis. A intensificação e generalização da reprodução de forma ampliada do capital ameaça fronteiras, códigos, constituições, moedas, estilos de gestão econômica privada e pública, práticas de planejamento governamental, empresarial e projetos de desenvolvimento. As novas formas de poder econômico e político são dissociadas da sociedade nacional, do Estado-Nação.

O Estado-Nação debilita-se quando algumas atribuições suas lhe são retiradas por empresas multinacionais e organizações multilaterais que possuem a capacidade de influenciarem decisivamente em questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Para o autor na sociedade global, *há organizações públicas e privadas que estão não só produzindo e atuando como também tomando decisões e influenciando* ((Ianni, 1996:43). São organizações econômicas, políticas, culturais e sociais que trabalham no sentido de oferecer condições para o desenvolvimento dos países “atrasados”, zelando para que não exista qualquer conotação de caridade ou intervencionismo, pois isto poderia dificultar o processo como em tempos anteriores. Desta forma conseguem fazer com que os países assistidos sigam seus receituários sob pena de perderem os dólares da ajuda econômica.

Assim, segundo este autor, gradativamente temas como os direitos humanos, narcotráfico, proteção do meio ambiente, dívida externa, saúde. Educação, meios de comunicação de massa, satélites, enfim, diversos assuntos de cunho social, econômico, político e cultural que até então, eram considerados nacionais agora são tratados como assuntos de interesse internacional, ou seja, da sociedade global. *Os movimentos do capital, tecnologia, força de trabalho, Know-how empresarial etc., em escala mundial, transformam as sociedades nacionais em dependências da sociedade global* (Ianni, 1996:44).

De diferente formas e arranjos as organizações transnacionais estabelecem

prioridades que podem, ou devem, ser seguidos pelas nações e continentes. Parâmetros extremamente rigorosos, técnicos e pragmáticos são elaborados tendo como princípios fundamentais regras do mercado como a livre iniciativa e a liberdade econômica. As economias são obrigadas, sob pena de não poderem beneficiar-se da ajuda internacional, a abrirem-se à competição externa, diminuindo o tamanho do Estado, eliminando subsídios e desativando os mecanismos de controle de preços.

As organizações econômicas, políticas e culturais, compreendendo empresas, conglomerados, bancos, tradings, mídia impressa e eletrônica, think tanks, universidades e outras, tecem o mundo em vários níveis, em diferentes desenhos. Por sobre indivíduos, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública, sociedades e Estados nacionais, essas organizações ordenam e reordenam as economias e as sociedades, os povos e a culturas (Ianni, 1996:45).

A influência mundial do capitalismo cooperou decisivamente para o fracasso, pelo menos em parte, de projetos como cardenismo no México, do peronismo na Argentina e do varguismo no Brasil que tinham o objetivo de industrializar dentro de um enfoque de soberania nacional. É certo que houve equívocos internos, mas também é óbvio que houve enormes pressões internacionais em direção a esses modelos de desenvolvimento. Algo parecido ocorre com os projetos socialistas no Leste Europeu, União Soviética, América Latina, África e Ásia. Sem esquecer os problemas internos, que foram muitos, as condições internacionais sempre foram adversas e precárias.

De acordo com o autor são pequenas as possibilidades de propor e realizar qualquer projeto nacional que não esteja adequado ao modelo estabelecido por uma economia política de alcance mundial.

A sociedade global já é uma realidade, não só em termos econômicos, mas também políticos, sociais e culturais. A despeito das disparidades entre essas esferas, bem como entre regiões, nações e continentes, qualquer projeto racional terá condições

de realização a partir desse patamar, dos movimentos que governam a sociedade global (Ianni, 1996:47).

O Estado- Nação debilitado pelo intenso processo de globalização das sociedades nacionais aponta para uma realidade que surge com muita força, a sociedade global, com suas próprias relações e estruturas. Para o autor *trata-se de uma totalidade histórico-social diversa, abrangente, complexa, heterogênea e contraditória, em escala desconhecida (Ianni, 1996:5).*

A interdependência, a integração, as desigualdades, as tensões e os antagonismos são características de uma sociedade global que altera de forma radical as condições de vida e trabalho, os estilos de ver, de sentir, de pensar do homens e mulheres do início do século XXI. Um século que apresenta em sua aurora tantas certezas, quanto incertezas.

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE-RS

A fundação

De acordo com Queiroz (1987), a fundação do Presídio e Colônia do Rio Grande de São Pedro em 19 de fevereiro 1737, constituiu um fato de enorme importância para a expansão do império português na América. Faz parte da resposta portuguesa ao cerco espanhol à Colônia do Sacramento, que iniciou com o envio de uma grande expedição lusa ao Rio da Prata em 1736. A Colônia do Rio Grande localizada no contexto geopolítico platino desde a sua fundação até o fim da década de setenta esteve ligada aos interesses político-militares que desenharam o processo de marcação das fronteiras do Brasil Meridional, assim como a própria formação político-geográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Somente a partir de 1780 com o início da era das charqueadas junto com o incentivo oficial para o setor agrícola a Vila do Rio Grande deixa de ter uma finalidade apenas político-militar e passa a constituir-se em um centro comercial aproveitando-se do seu potencial marítimo.

É importante salientar que, até 1809 a Vila possuía uma área de 41.000 km². Abrangia toda área costeira até o Chuí e mais as terras, que atualmente são os municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Bagé, Cangussu, Piratini, Erval, Pelotas, Pinheiro Machado, São Lourenço do Sul e São José do Norte. Em 1809, foi criado o município do Rio Grande e, em 1835, Rio Grande foi elevada à categoria de cidade.

A origem da população

Segundo Cesar (1970), antes do processo colonizador os indígenas de origem tupi-

guarani de tribos que viviam em regiões litorâneas habitavam esta região. É importante dizer que, não só aqui, mas em todo o Estado Rio Grande do Sul, os tupi-guaranis foram os povos que “receberam” os colonizadores. As diferenças culturais permitem estabelecer algumas classificações:

Os tupi-guaranis

Os tupi-guaranis vieram compostos pelos grupos denominados de tapes, arachanes e carijós ou patos. Os tapes chegaram ao nosso litoral após tupi-guaranização na região missioneira, situando-se na região da Lagoa dos Patos. Os arachanes e os patos também tinham o costume de montarem suas aldeias junto ao litoral, especificamente na Lagoa dos Patos. Seu regime alimentar era baseado principalmente em mariscos, peixes e siris, fato que contribuiu para o seu avanço em direção ao Oceano atlântico.

A nação chaná nesta região era constituída pelos guenoas, yarós, minuanos e charruas. Os grupos guenoas e yarós eram pequenos e acampavam as margens da lagoa Mirim. Devida a sua frágil organização foram rapidamente exterminados no início da colonização. Os minuanos foram os grupos indígenas que mais praticaram um comércio rudimentar com o colonizadores. Entre os seus costumes mais marcantes estão o uso de poncho de couro; as boleadeiras e laços; bebiam chimarão e comiam carne assada no fogo. Os charruas formavam o maior grupo de indígenas do litoral sul, sua expansão chegou até o Uruguai. Menos brandos que os minuanos, ofereceram forte resistência aos colonizadores. Eram hábeis cavaleiros, usavam o couro como indumentária e comiam carne assada. Afeitos ao trabalho no campo foram gradativamente absorvidos como peões de estância. Os charruas são considerados como o principal núcleo antropológico do gaúcho.

A pouca presença indígena na população do município do Rio Grande é resultante da pequena população de índios que habitavam o litoral sul, do baixo nível cultural das tribos que aqui viviam e da força destruidora dos colonizadores.

A população de brancos começa com a chegada em 1737 de soldados e oficiais portugueses. Em 1738 com a instalação de cinquenta famílias originárias da Colônia de Sacramento, de Laguna e Rio de Janeiro o processo de povoamento começa a ser ampliado. Nesse mesmo ano, o crescimento continuou com o incentivo à agricultura e à pecuária, através da criação dos rincões do litoral para a criação de gado. Com o tempo o surgimento das estâncias, invernadas e currais exigiu a necessidade de mais mão de obra, resultando na vinda em 1749 dos primeiros casais açorianos que foram instalados em pequenas propriedades nos limites das localidades do Povo Novo e Torotama.

No período situado entre o dia vinte e quatro de abril de 1763 e dois de abril de 1776 a Vila foi ocupada pelos espanhóis, fato que causou uma estagnação no processo de crescimento. Com o fim da ocupação espanhola a Vila retornou a crescer. No final do século XVIII o comércio atacadista cresce de tal forma que obriga o Governo a investir em obras de melhoramento da barra e da construção de um novo porto.

Mas a configuração sócio-econômica ainda era liderada pela pecuária, tornando a terra um objeto de conquista e o estancieiro-militar o mais importante personagem social, político e econômico do lugar. Somente a partir do início dos anos cinquenta do século XIX começou a impor-se como concorrente a burguesia urbana ligada às atividades comerciais de exportação e importação favorecidas, então, pelas obras da barra e do novo porto.

A economia

A fase agropastoril

A fase agropastoril começa junto com processo de colonização. O grande rebanho chimarrão (selvagem) disperso em áreas próximas a Lagoa Mirim despertou a atenção de tropeiros lagunenses e paulistas. Dessa forma iniciou um promissor comércio de carnes e couros, ocasionando a fixação de alguns tropeiros e a criação dos primeiros estabelecimentos pecuários do atual município do Rio Grande.

Essa fase caracterizou-se, também, por pequenas economias familiares produtoras de horticultura. Localizavam-se na ilha dos Marinheiros, a margem da Mangueira, na Quinta e no Povo Novo.

A fase do comércio atacadista de exportação e importação.

No início da segunda metade do século XIX, o comércio urbano constituído por casas comerciais atacadistas de exportação e importação, juntamente com o comércio varejista, alavancaram o desenvolvimento do município do Rio Grande. A burguesia comercial impunha o seu domínio econômico e social e cultural. Em 15 de agosto de 1846 funda-se a Biblioteca Rio-Grandense, em 1884 foi inaugurada a ferrovia Rio Grande-Bagé e em 26 de janeiro de 1890 foi inaugurado o Balneário Cassino que *é comprovadamente o primeiro do sul do Brasil. Projetado, estruturado e fundado em fins do século XIX, é resultante de uma realidade econômica, mas também cultural deste período (Barcellos,2000:43).*

Além da ferrovia, economicamente o desenvolvimento foi direcionado para a necessidade de melhoramentos na barra e no porto do Rio Grande. Obras indispensáveis para o comércio atacadista de exportação e importação.

A construção dos Molhes da Barra foi um dos fatores que mais contribuiu para grande crescimento dos negócios em Rio Grande no início do século XX. Para a execução desta obra foi usada a tecnologia mais avançada da época. Vieram para a cidade do Rio Grande, guindastes elétricos, colocadores flutuantes de blocos de pedras, cábreas flutuantes, dragas, trapiches, linhas férreas, centrais elétricas e uma soma de capital de aproximadamente 220 milhões de francos. O emprego de numerosa mão-de-obra e o capital investido nos molhes, que foi concluído em 1914, favoreceu o desenvolvimento da economia em Rio Grande. O novo porto e a construção dos molhes da barra permitindo a entrada com segurança de navios com maior capacidade, deram a Rio Grande o status de porto marítimo estabelecendo as bases da futura economia rio-grandina.

A fase da industrialização

A industrialização começou com a indústria de fiação e tecelagem Rheiganstz em 1873. Em 1917, a Swift do Brasil instala-se na cidade e em 1918 começa o abate e a industrialização. O operariado da Swift foi a mola propulsora para o crescimento da Vila dos Cedros, o atual Bairro Getúlio Vargas.

A partir de 1920 a industrialização se diversifica com o crescimento das indústrias de pescados, conservas, bolachas, e bebidas. A fundação da Refinaria Ipiranga em 1937, constituiu-se em um marco para a economia não só do município do Rio Grande como também do país, pois foi a primeira refinaria brasileira.

Em 1950 a Swift foi fechada em Rio Grande, iniciando um período difícil que atravessou a década de 60. Nesse mesmo tempo a ferrovia cedeu espaço para o transporte rodoviário, tanto no setor de cargas como em transporte coletivo. De 1950 a 1970 Rio Grande alternou fases de crescimento e estagnação. O fechamento da Swift e a perda de importância do transporte ferroviário causaram um decréscimo no nível de emprego na cidade.

Segundo Vieira (1983), o período de industrialização limitado entre 1920 e 1970 apresentou uma grande diversificação. No município do Rio Grande atuaram indústrias de vários tipos como: transformação de produtos minerais não-metálicos, metalurgia, mecânica, material de transporte, madeira, mobiliário, borracha, química, perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, fumo, editorial e gráfica, fertilizantes, óleo vegetal, petróleo, construção civil, sal e pescados.

A fase do super porto do distrito industrial

Esta fase começou a partir de 1970, período de ditadura militar, e ocorreu com a transformação da área portuária em um gigantesco terminal marítimo onde desembocavam os corredores de exportação da produção do Rio Grande do Sul. A política dos distritos industriais destinou a área do retroporto para a instalação do distrito Industrial do Rio Grande. O terminal marítimo foi rapidamente expandido para áreas além das portuárias, assim foi utilizada uma área nas margens do canal de acesso, junto à Quarta Seção da Barra. Grandes investimentos foram realizados para a instalação da infra-estrutura e diversos terminais de grande porte. Em pouco tempo, dez anos, o complexo passou a ser o terceiro do Brasil, ficando atrás em movimentação de cargas apenas para o porto de Santos

e do Rio de Janeiro.

O núcleo pesqueiro

Durante as últimas décadas do século XIX aportaram na cidade do Rio Grande-RS imigrantes portugueses, vindos da Póvoa do Varzim, em Portugal. Assim, foi formado o núcleo pesqueiro local, com base nas pescas lacustres e litorâneas (Barcellos, 1996).

O conhecimento sobre a existência de grandes estoques de espécies variadas de pescados, que periodicamente habitavam a parte sul da Lagoa dos Patos, ou se aproximam do litoral, foi sem qualquer dúvida a grande motivação para a instalação das primeiras indústrias de pesca na cidade.

O desenvolvimento das pequenas indústrias familiares foi sustentada pela atividade privada dos pescadores artesanais e dos incipientes industriais, que tendo como principal produto, o pescado salgado, encontrou no nordeste brasileiro o seu principal mercado comprador. Esta situação manteve-se até a década de quarenta, quando o aumento da demanda em outras regiões brasileiras tornou insuficiente a oferta de pescado capturado através da pesca artesanal, atraindo o investimento na pesca industrial.

Segundo Vieira (1983), podemos classificar o processo de industrialização em Rio Grande de maneiras principais: a industrialização realizada através de iniciativas individuais e familiares, ou de grupos detentores de capital disponível para o investimento em unidades industriais; a industrialização programada foi planejada e executada pelo Governo Federal através dos corredores de exportação e dos distritos industriais. Atualmente, segundo o Censo-IBGE 2000, o município do Rio Grande possui uma população de 186.755 habitantes.

A VILA DA BARRA DO RIO GRANDE/RS: O TRABALHO, E A PESSOA DIANTE DO MUNDO.

A Vila da Barra está situada a aproximadamente oito quilômetros da praia do Cassino, considerando como marco referencial o espaço praiano situado em frente a Avenida Rio Grande, a principal rua do balneário, ficando distante dezoito quilômetros do centro comercial de Rio Grande.

Considerada uma área reservada para a expansão portuária, e administrada pela Superintendência do Porto do Rio Grande, a Vila da Barra é habitada atualmente por aproximadamente duas mil quatrocentos e quarenta pessoas, entretanto, é importante salientar que nessa comunidade encontra-se uma população flutuante originária de municípios como Pelotas, São Lourenço do Sul e São José do Norte. Em sua maioria, os homens são pescadores, ou o foram no passado, as mulheres predominantemente exercem atividades domésticas e/ou auxiliares na pesca, como limpeza de peixes e camarões. A construção de casas é realizada de forma irregular, tendo em vista que estas não são permitidas por parte da Superintendência do Porto. A ilegalidade das construções, feita às escondidas e de forma rápida, impediram que o local fosse planejado. Isto, forneceu à vila um visual urbano repleto de ruelas, becos, sem rede de esgotos, sem escoamento pluvial adequado, e com escassos recursos de iluminação pública. As casas em sua grande maioria são construídas com madeira, que simbolizam um sentimento de insegurança, quanto a questão da moradia. Os moradores desta comunidade convivem com um permanente medo de que possam ser retirados do local, pois, apesar de várias tentativas, até hoje não conseguiram regularizar os seus terrenos. Por isto, a maioria dos moradores evita construir ou ampliar suas casas em alvenaria, pois em caso de uma mudança a demolição representaria uma perda total do material usado nas construções, ao contrário da madeira

que possibilitaria um maior aproveitamento na hipótese de terem que desmontar a casa e colocá-la em um outro local.

O pescador morador nesta vila exerce vários tipos de trabalhos ligados à pesca: a pescaria na lagoa, ou no oceano, quando passa a ser um pescador da pesca industrial e o trabalho em terra realizado na “rua da praia” (manutenção, desmalho). Na “rua da praia” ficam localizados os depósitos, os escritórios de “intermediários”, e os galpões de pesca, onde os pescadores guardam o seu material e consertam suas redes nos períodos de “defeso”. Os “intermediários” são pessoas que compram a produção dos pescadores e revendem para as indústrias da cidade e do restante do país. Alguns, através desse comércio, estabelecem vínculos de dependência econômica entre eles e os pescadores.

A religiosidade é muita intensa na comunidade. Durante as várias visitas que fiz às casas dos pescadores pude observar imagens de São Pedro, Jesus Cristo, Iemanjá, Nossa Senhora dos Navegantes colocadas em altares, em cima de móveis, e nas paredes. Quando os pescadores estão no mar, as mulheres acendem velas em frente às imagens e rezam pelo sucesso da pescaria e também pela integridade física de seus familiares que estão na pesca.

A tradicional Vila da Barra foi dividida em duas com a chegada de uma base dos fuzileiros navais. O lado onde ficou localizado o quartel militar ficou denominado de Barra Nova, enquanto que a outra parte foi chamada de Barra Velha. A pesquisa foi realizada na Barra Velha.

Os moradores da vila acreditam que a presença da Marinha no local é responsável pelo baixo índice de violência, apesar da não existência de delegacia ou posto policial. Uma representação social de um morador explicita essa afirmação: *com a chegada dos marinheiros, também acabou aquelas brigas, as laúzas, as badernas. Claro, os militares o*

peçoal respeita bastante e até porque o peçoal do bairro é bastante educado.

A Barra como popularmente é conhecida é uma vila muito antiga. Por Augusto de Saint-Hilaire (1987:70), sabemos que, em 1820, no local onde hoje está localizada a vila, existia uma guarda de ordenanças que vistoriava as embarcações no momento da saída com o objetivo de constringer tentativas de fuga. No mesmo local, também havia peças de artilharia para realizar a defesa da entrada da barra. Sobre a geografia local as palavras de Saint Hilaire são claras:

Nada se iguala à tristeza desses lugares. De um lado, o bramir do oceano; e do outro, o rio. O terreno, extremamente plano e quase ao nível do mar, é todo areal esbranquiçado, onde crescem especialmente o senecio. As choupanas, mal conservadas, só anunciam miséria: destroços de embarcações semi-enterradas na areia...

Outra informação mais recente da Vila da Barra vem de uma das moradoras mais antigas da vila. Ela chegou na localidade em 1954 vinda das Póvoa de Varzim em Portugal para reencontrar-se com o seu esposo que já estava aqui trabalhando com pesca.

A moradora diz que em 1954 moravam na vila aproximadamente vinte famílias, sendo a maioria de portugueses, alguns “catarinas” e poucos gaúchos. A fala dessa moradora descreve o ambiente de forma muito rica:

A fartura de peixe era tanta que a pesca era feita na praia. Muitas vezes, nós mulheres e os filhos ajudávamos na desmalha do peixe. Tinha muitos cômoros de areia, eram altos, muito altos. A tardinha nós íamos no mato recolher lenha. Isto era só mato. Havia muito mato.

As mudanças ocasionadas pela ação antrópica, tanto na construção, quanto na devastação, estão visíveis nos relatos. Em 1820 a geografia do local era caracterizada pelo areal, já em 1954, quando a moradora chega a mesma localidade existem muitas e grandes

dunas de areia, mas o mato é uma presença viva. Hoje existe somente um único e pequeno mato e algumas pequenas dunas.

A comunidade da Barra está submetida a várias situações de instabilidade. A primeira é devido à área ocupada ser “reservada” para a expansão portuária. Sabendo da importância econômica que o porto do Rio Grande representa para comércio do Mercosul, fica inevitável a expansão. Esta, pode significar o fim da vila. Por outro lado, com o Distrito Industrial postado à sua frente, os efeitos da poluição já fazem sentir-se hoje. A expansão poderá aumentar esses efeitos danosos ao meio ambiente como um todo. Por último a escassez da pesca, motivada pela poluição, pela pesca predatória, em fim pelo desequilíbrio ambiental, ameaça deixar os pescadores sem o peixe necessário. Atualmente o período de pesca está reduzido a apenas oito meses no máximo. Com este quadro é facilmente perceptível que as instabilidades são muitas e graves.

O fato da área ser de posse da União, e ser reservada para a expansão, provoca uma insegurança quanto a moradia. É constante a ameaça de despejo, pelo menos hipoteticamente. Outra instabilidade presente na vida dessas pessoas é motivada pela escassez de peixe, que ocasiona a falta de trabalho e de renda gerando diversas situações de carências, além dos perigos que o oceano ou a lagoa⁵ podem apresentar aqueles que se aventuram em adentrá-lo.

É fácil afirmar que, os moradores da vila da Barra do Rio Grande/RS encontram na pesca o seu meio de sobrevivência. Toda a economia do lugar necessita da pesca. Em períodos de escassez de peixes os armazéns, os bares, as padarias, enfim o pequeno comércio sente a falta de dinheiro. Por outro lado, em temporadas de fartura do pescado todos aproveitam para pagar as dívidas, comprar alguns bens duráveis, comer e vestir um

⁵ Os pescadores denominam a lagoa de mar e o mar de oceano.

pouco melhor do que usualmente o fazem. Vida diferente dos homens tristes e humilhados pela falta de trabalho e renda que eu conheci em períodos de crise pesqueira.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Complexidade e reforma do pensamento: síntese das idéias de Morin

Para Morin, a era planetária não permite fugirmos dos desafios da complexidade.

Esse autor define complexidade de uma forma muito clara:

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si (2001:38).

Segundo Morin (2000), a especialização do conhecimento é uma forma de abstração. Assim, a especialização retira um objeto de um determinado contexto e com isso rejeita, nega suas dependências, suas ligações e intercomunicações com o seu próprio meio, inserindo-o na abstração da disciplina compartimentada, fragmentada, rompendo com a idéia de sistemicidade, ou seja, a parte é isolada do todo. Morin (2001: 159), falando da disciplinaridade diz o seguinte: (...) *ela conduz à abstração matemática que opera automaticamente uma cisão com o concreto, por um lado ao privilegiar tudo o que é calculável e formalizável, por outro ao ignorar o contexto necessário à inteligibilidade de seus objetos.*

A economia para esse autor, se abstraiu dos contextos sociais, históricos, políticos, psicológicos e ecológicos, que são inseparáveis de toda e qualquer atividade econômica. A consequência dessa realidade no pensamento de Morin é expressada assim: *Por isso seus especialistas são cada vez mais incapazes de interpretar as causas e as consequências das perturbações monetárias e financeiras, de prever e predizer o curso econômico, mesmo a*

curto prazo (2000: 160).

O que fica evidente nas idéias de Morin é a urgente necessidade de perceber o mundo no seu todo, pelo menos no que é possível, diante da impossibilidade do conhecimento total. O que não pode continuar a ser praticado é a fragmentação, ou seja a compartimentação do conhecimento, a extração do objeto do seu contexto e a negação da multidimensionalidade dos fenômenos. Sobre o tema o autor afirma o seguinte:

O conhecimento do mundo enquanto mundo torna-se necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. É o problema universal para todo o cidadão: como ter acesso às informações sobre o mundo, e como adquirir a possibilidade de articulá-los e organizá-los. Mas, para articulá-los e organizá-los, e deste modo reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é preciso uma reforma de pensamento. Essa reforma, que comporta o desenvolvimento da contextualização do conhecimento, reclama ipso facto a complexificação do conhecimento (2000: 161;162).

Para ele os problemas são sempre interdependentes no espaço e no tempo, no entanto o conhecimento disciplinar ocasiona o isolamento dos problemas uns dos outros. Os pensamentos são fracionados, por isto dividem o global desconsiderando o complexo antropológico e o contexto do planeta terra.

É preciso construir um pensamento que aborde dentro de um visão planetária a economia, a demografia, a ecologia, etc. Assim seria possível reunificar o todo, fragmentado pelo conhecimento disciplinar, e como diz Morin, favorecer as relações de *inter-retro-ação entre todo fenômeno e seu contexto, e de todo contexto com o contexto planetário (2000:167).*

Além do pensamento que privilegie a contextualização existe também a necessidade de um pensamento que seja suficientemente capaz de ligar o que está compartimentado e separado, reconhecendo o uno, respeitando o diverso e as relações de

interdependências. Para isto, é necessário *um pensamento radical, um pensamento multidimensional e um pensamento organizador ou sistêmico que conceba a relação* (Morin, 2000 167;168).

As relações entre o local/global, global/local, contexto/objeto, objeto/contexto não podem ser ignoradas. Se os problemas são complexos, somente um pensamento complexo poderá construir equalizações competentes.

Sustentado por esses pressupostos teóricos, aqui apresentados de forma inicial, entendo que a Educação Ambiental, realizada tanto na escola quanto na comunidade deve estar em permanente conexão com a realidade local, claro relacionado com o global, para assim poder almejar uma situação de conscientização das populações afetadas por situações de insegurança. Não basta oferecer informações, urge criar condições para uma politização, *uma recriação da informação* conforme diz Giesta (1999:118).

Fundamentado nessa idéia entendo que o conhecimento de atores sociais pode ser usado tanto na escola, quanto na comunidade, como uma forma de articular as relações necessárias entre ambas. Não basta apenas fornecer as informações para uma comunidade. É imprescindível que o processo informativo contenha a possibilidade da crítica e do debate sobre os temas em questão. Dessa maneira um novo conhecimento, uma nova informação pode ser gerada a partir das realidades que o contexto local impõe, substituindo, então, a simples transmissão de conhecimentos pela construção de conhecimento produzidos pela própria comunidade. Assim, ficamos diante de uma melhor condição para a aprendizagem e para a conscientização e, por consequência a possibilidade de um exercício efetivo da cidadania.

Representações Sociais

De acordo com Jovchelovitch (1998), a teoria das Representações Sociais ganha notoriedade a partir da obra de Moscovici em 1961. Entitulada de *La psychanalyse, son image et son public*, essa obra favorece o debate, o enriquecimento teórico e a pesquisa em torno das Representações Sociais. Segundo a autora a teoria nasceu e desenvolveu-se sob a égide de fortes interrogações provenientes de contradições e dilemas ainda não respondidos. Defende Jovchelovitch, que umas das principais contradições é a relação indivíduo – sociedade e como esta relação é construída. Escreve a autora, que se por um lado, sofremos com os enganos de um entendimento demasiadamente individualizante, por outro lado, a introdução de conceitos sociológicos à Psicologia Social muitas vezes sucumbe ao maniqueísmo inverso.

Por isto, o papel das Representações Sociais é exatamente trabalhar com as contradições existentes entre o indivíduo e a sociedade, o subjetivo e o objetivo, o qualitativo e o quantitativo, etc. É necessário entender que não é possível estudar o sujeito sem que seja realizado um estudo sobre o sistema e, nem tão pouco é viável o estudo do sistema sem considerar o sujeito como um indivíduo. Ao trabalhar com Representações Sociais, a análise deixa de estar centrada apenas no sujeito, *mas sim nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social (Jovchelovitch, 1998:79)*. De acordo com a autora isto não significa abandonar o indivíduo, mas reconhecer que, ao analisar representações sociais é fundamental analisar o social em sua totalidade, pois o social não é apenas um agregado de indivíduos. Uma sociedade é produto das relações e inter-relações que os indivíduos são capazes de desenvolver. A sociedade é permeada por interesses econômicos, políticos, religiosos, culturais e pessoais e, portanto, é nesse campo caracterizado por relações conflituosas que são estabelecidas as características

predominantes de um determinado grupo social. A opinião de um representante de uma comunidade específica pode significar muito mais do que a subjetividade de um indivíduo, pois pode representar as “idéias” de um grupo social.

A autora fundamentada em Piaget (1971), defende que a noção de estrutura está ligada as idéias de totalidade, transformação e auto-regulação. As idéias de totalidade e transformação são essenciais para o entendimento da diferença existente entre estruturas e agregados, visto que, as leis que englobam um estrutura não podem ser reduzidas à soma de seus elementos, pois a totalidade possui propriedades distintas das propriedades de seus elementos separados. Assim, considerando as estruturas como sistemas complexos portadores de um potencial de transformação não podemos entender as representações sociais como um simples agregado de representações individuais.

A análise das representações sociais deve centrar-se nos processos de mediação social como a comunicação, vida, trabalho, ritos, mitos, e símbolos, que revelam a permanente procura de significado e sentido da existência humana. Para esta autora, portanto, são as mediações sociais, em suas mais diversas formas, que produzem as representações sociais como podemos entender através das suas próprias palavras:

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público (Jovchelovitch, 1998:81).

Assim, as representações não somente são geradas através de mediações, como tornam-se elas próprias mediações sociais, expressando o espaço do sujeito, que luta para entender, interpretar e construir o mundo. A autora, conclui seu pensamento dizendo que a

ameaça, que hoje a vida em comum sofre motivada em muito pela miséria, pela desigualdade e violência serve como um motivador da recuperação do pensamento, da palavra e da possibilidade de construir saberes sociais não somente como sustentação da democracia e da cidadania, mas também como o reforço da idéia indispensável de que não existe vida humana sem a presença de outros seres vivos.

Os conceitos de Representações Sociais na Sociologia Clássica

Émile Durkheim

Dentro do enfoque sociológico Durkheim é quem pela primeira vez trabalha com o conceito de Representações Sociais. Apesar de ter denominado de Representações Coletivas, se referia a categorias de pensamento que uma determinada sociedade produz expressando a sua realidade. O autor defende que essas categorias não são universais nem pré- estabelecidas na consciência, mas, sim estão ligadas aos fatos sociais, que por sua vez estão sujeitos à observação e a interpretação. A observação mostra que as Representações Sociais são na realidade um grupo de fenômenos sociais portadores de propriedades e comportamentos específicos. De acordo com a concepção de Durkheim, é a sociedade que pensa e, sendo assim, as Representações Sociais não são obrigatoriamente conscientes por parte do indivíduo. Portanto, elas contém as influências da realidade social onde surgem, mas são independentes, reproduzem-se e se misturam com outras Representações Sociais e não somente com a estrutura social. As palavras do autor esclarecem melhor minhas interpretações:

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos como ela se pensa mudam de

acordo com a sua natureza (...) se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram choque ou não com alguns de seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição (1978:79).

Durkheim desconsidera a possibilidade de existirem Representações Sociais falsas, pois todas respondem de algum modo, em diferentes formas, a condições determinadas pelo processo existencial dos seres humanos. Considerando as representações como símbolos, o autor diz que: *é preciso saber atingir a realidade que eles figuram e que lhes dá a sua verdadeira significação. Constituem objeto de estudo tanto quanto as estruturas e as instituições: são todas elas maneira de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe (1978:88).* Sintetizando, para Durkheim, as Representações Sociais possuem como as instituições e as estruturas as duas características do fato social: (a) exterioridade em relação às consciências individuais; (b) exercem ação coercitiva sobre as consciências individuais, ou são suscetíveis de exercer essa coerção.

Max Weber

A Sociologia Compreensiva possui uma outra forma de abordar o tema das Representações Sociais. Termos como “idéia”, “espírito”, “concepção” e “mentalidade”, são usados por Weber muitas vezes como sinônimos. O autor entende que, a vida social consiste no agir cotidiano dos indivíduos, cheio de significação cultural. A significação resulta tanto da base material como pelas idéias, dentro de uma relação recíproca de influências e condicionamentos. Para o autor, as idéias (Representações Sociais) são juízos de valor que os indivíduos manifestam. Assim, as concepções sobre o real possuem uma dinâmica própria, podendo conter tanta importância quanto a base material. A partir da recíproca influência entre os alicerces materiais, as forma de organização político-social e

o conteúdo das idéias, O autor teoriza sobre uma relativa autonomia do mundo das Representações Sociais e a concreta possibilidade de se estudar a eficácia histórica das idéias. Ao afirmar que existe uma “certa autonomia”, Weber não descarta a possibilidade empírica de que em determinadas situações o fator econômico possa ser dominante e que também outros fatores possam influir na formação das idéias. O pensamento de Weber está bem claro em suas palavras: *Não são as idéias, mas os interesses materiais e ideais que governam diretamente a conduta do homem. Muito freqüentemente, porém, as “imagens mundiais” que foram criadas pelas “idéias” determinaram como manobreiros, as linhas ao longo das quais a ação foi impulsionada pela dinâmica dos interesses (1974:83).*

Desta forma, o autor defende a importância de se pesquisar as idéias como integrante de uma realidade social, mas, também para a necessidade de entender a que instâncias do social um determinado fato deve a sua maior dependência. Porém, o mais enfatizado, é que em qualquer caso a ação humana é muito significativa e deve ser investigada.

Weber usa o conceito de “Visão de Mundo” para desenvolver a tese de que cada sociedade necessita ter “concepções de mundo” amplas e unitárias para se manter, sendo em geral produzidas pelos grupos dominantes. Como exemplo, segundo o autor: *o enriquecimento como fim obrigatório do homem para a glória de Deus contradiz ao sentido ético de épocas históricas inteiras e anteriores à atual (1985:72).*

Karl Marx

A Ideologia Alemã é o texto onde Karl Marx discute o tema das Representações Sociais. Neste texto, Marx mostra que os filósofos contemporâneos consideravam as “quimeras”, as “idéias”, os “dogmas”, as “ilusões” como produzidos e reproduzidos pela

própria cabeça, ou seja, pela consciência. De acordo com estes filósofos, as mudanças sociais proviriam da substituição das “falsas representações” por pensamentos correspondentes à essência do homem. Sua crítica direciona-se contra a filosofia alemã Neo- Hegeliana estabelecendo como princípio fundamental do “pensamento” e da “consciência” determinado modo de vida dos indivíduos, regulado pelo modo de produção de sua vida material. As palavras de Marx, mostram de forma inequívoca a sua posição:

A produção de idéias, das representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material entre os homens, como a linguagem da vida real. (...) Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais, ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde (1984:35-44).

Marx elege como a sua categoria chave para a abordagem no campo das idéias a “consciência”. Para o autor, as idéias, as representações, e os pensamentos estão contidos na consciência que é determinada por uma base material. Como diz Marx, *não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência (1984:43)*. Apesar de defender o determinismo da vida material sobre as idéias o autor também percebe a existência de uma relação dialética entre as idéias e a base material, quando diz que: *as circunstâncias fazem homens, mas o homens fazem as circunstâncias (1984:45)*. Entendo que, desta forma, Marx, torna relativo o determinismo da base material sobre a consciência.

Dentro de uma abordagem marxista, **Gramsci**, aborda o tema das Representações Sociais através de termos como o **Senso Comum** e do **Bom Senso**. O autor avança a teoria marxista sobre o tema relacionado com o mundo das idéias. Estabelece a sua própria teoria sobre as relações existentes entre a base material e as idéias: *As forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma sendo que essa distinção entre o conteúdo e a forma*

é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (1981:63).

Segundo o autor, o senso comum como “Representação Social” possui um potencial transformador. Assim, o senso comum deve ser estudado de forma crítica já que representa de maneira espontânea as condições reais de vida da população. Para Gramsci, todos nós de uma forma, ou de outra, estamos ligados ao senso comum: *Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente ao de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos (1981:12).*

Considero como contribuição importante do autor, em relação as Representações Sociais, a afirmação de que em uma sociedade as “forças” transformadoras coexistem com as forças tradicionais, conservadoras e, que, é nesta relação que a história se concretiza em uma determinada época:

A concepção de um mundo de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo. deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história completa e concreta (1981:32).

Resumindo, a Escola Marxista não só estabelece como um ponto comum da ideologia, das idéias, dos pensamentos, da consciência, ou seja, das Representações Sociais, a base material como defende que a classe dominante produz suas idéias e representações a partir de sua condição de dominação, enquanto as classes dominadas elaboram suas idéias e representações em uma condição de subordinação. Ou seja, enquanto as classes subordinadas são obrigadas a usar a maior parte do seu tempo e

dedicação para garantir a sua existência, as classes dominantes elaboram suas idéias e representações fundamentados na conservação de seus privilégios. Para Gramsci, as classes dominantes elaboram suas idéias através dos intelectuais.

Tanto Marx, quanto Durkheim argumentam em favor da anterioridade da vida social em relação às representações. Entretanto, enquanto para Marx a consciência é oriunda das relações sociais contraditórias entre as classes. Quanto a Weber, entendo que existe uma aproximação de Marx com este quando afirma que *a nova classe dominante é obrigada para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo interesses comuns de todos os membros da sociedade (1984:74)*. Weber, aborda sobre a necessidade de concepções de mundo abrangentes para que seja possível a manutenção de uma determinada sociedade.

Em relação a produção da Representações Sociais, Durkheim, defende que a vida social é capaz de gerar as idéias; Weber, diz que existe uma relação de adequação entre as idéias e os fundamentos materiais; Marx, estabelece em princípio uma determinação da base material sobre as idéias, mas não descarta a relação dialética entre as idéias e a base material. Todos os três autores concordam com a importância de compreender as representações sociais. Durkheim, afirma que o conhecimento coletivo precisa ser investigado tanto em sua forma como em seu conteúdo, considerando, que por ser coletivo oferece garantias de objetividade e, por isto, portadoras de “verdades” cabíveis de serem estudadas. De acordo com Weber, as Representações Sociais e idéias possuem uma dinâmica própria e, portanto, podem possuir tanta importância quanto possuem a base material. Marx, também defende que as Representações Sociais estão ligadas ao real e o estudo e a análise das representações são sem dúvida um dado do real informando sobre a base material na qual atua um determinado grupo social. Mas, é importante salientar que todos os autores abordados de uma forma ou de outra afirmam que as representações são

expressadas no plano individual.

A existência de convergências em alguns pontos de vista sobre as Representações Sociais não significa a ausência de divergências, muito pelo contrário. Durkheim, entende que essas exercem um papel coercitivo sobre os indivíduos a partir da sociedade, já Weber, defende que os indivíduos são portadores de valores e cultura que possuem a capacidade de informar a ação social dos indivíduos e dos grupos. Marx também entende como Durkheim, que as crenças e os valores exercem coerção sobre as “massas”, mas acrescenta a condição de classe presente nas Representações Sociais e o papel da luta de classe que ocorre no modo de produção e determina o campo ideológico.

Referenciado pelos autores abordados neste texto, entendo que as Representações Sociais podem ser consideradas como imagens construídas a partir de uma determinada realidade e, portanto, constituindo-se em um material para a pesquisa dentro do enfoque das Ciências Sociais.

Manifestadas através de palavras, condutas e sentimentos as Representações Sociais se institucionalizam, portanto o seu estudo deve passar pela compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Entretanto, entendo que, a sua principal mediação é a linguagem como uma forma de representar o conhecimento e a interação social. Apesar de traduzir um pensamento fragmentado e limitado a determinados contextos da experiência existencial dos seres humanos, muitas vezes contraditório e irregular no seu nível de nitidez em relação a realidade, as representações são resultados das vivências cotidianas onde a realidade é vivida e representada por atores sociais de acordo com o seu cabedal de conhecimentos. As Representações Sociais expressam condições de transformação, de resistência, de dominação e conformismo, pois são produtos de sociedades contraditórias e conflitantes e, por isto, importante matéria-prima para o estudo e análise do social segundo

um determinado grupo, ou segmento social.

Neste estudo, faço uso do referencial teórico de Gramsci para minhas reflexões sobre os temas abordados, através da observação, da ênfase no processo e da permanente preocupação com o contexto.

Considerações sobre a pesquisa qualitativa

De acordo com Triviños (1987), uma das maiores dificuldades enfrentadas para um desenvolvimento dos conteúdos e questões educacionais é a ausência de disciplina de muitos pesquisadores que atuam nesse campo. Para ele este fato é mais visível nas escolas dos chamados países do Terceiro Mundo, ou seja, sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento. Esta realidade pode ser facilmente observada na prática docente de sala de aula, nas atividades de pesquisa, nas publicações em todos os níveis da educação.

Indisciplina para o autor referenciado é definida *como uma ausência de coerência entre os suportes teóricos que, presumivelmente, nos orientam e a prática social que realizamos (1987:15)*. Segundo o autor, a maioria das dissertações de mestrado ou teses de doutorado são provas irrefutáveis desta afirmação.

Triviños defende a idéia de que a causa fundamental para esta realidade é de origem histórica e manifesta-se de formas diversas. A primeira está diretamente ligada à nossa formação profissional que foi por muito tempo submetida a um processo de via única, unilateral, no que se refere a informação cultural. O concreto é que o autor afirma que, este fato resultou na sonegação de uma ampla faixa de idéias que impediu o espírito crítico e renovador. A segunda forma da causa da nossa indisciplina teórica está relacionada com a nossa dependência cultural. A palavra mais contundente do autor é

sobre a dificuldade de romper com este contexto castrante. ... *é muito difícil fugir, não só por preguiça e esnobismo, mas, sobretudo, porque o meio exige, para sobreviver, falar a linguagem do centro propagador da cultura, ciência e técnica* (1987:16).

Continuando, esse autor posiciona a dependência cultural como resultante da econômica, prejudicando a nossa autonomia espiritual e ao mesmo tempo desenvolvendo a acomodação e o conservadorismo. Isto é expressado não só pelo apoio ao estabelecido, mas também pelas superficiais mudanças em nosso sistema social.

A indisciplina alimenta a incapacidade de distinguir a verdadeira natureza dos problemas. Assim, é possível então, considerar “problemas secundários” “como questões essenciais” e com isto desperdiçando tempo e trabalho em assuntos de natureza superficiais.

A disciplina é fundamental, segundo o autor, para a qualificação do trabalho intelectual, dando uma configuração básica para o estudo dos problemas essenciais da Filosofia, mesmo que estes sejam refletidos de forma elementar.

O conhecimento do ser humano pertence à humanidade, afirma Triviños . O homem deve recorrer a estas experiências não importando o seu lugar no mundo. Entretanto, o pesquisador possui a necessidade, por coerência e disciplina, de *ligar a apropriação de qualquer idéia à sua concepção do mundo, em primeiro lugar, e, em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe serve de apoio para o estudo dos fenômenos sociais* (1987:13). O pesquisador não pode prescindir da historicidade e das interdependências dos fenômenos que ocorrem na sociedade. A pesquisa educacional, para nós do “Terceiro Mundo”, deve servir aos processos de transformação da essência do contexto social que vivemos.

Para que isto seja possível em sua maior abrangência o pesquisador deve procurar fundamentar-se de uma base filosófica, uma concepção de mundo e assim, ter condições de buscar explicações científicas para a natureza e a sociedade.

Meus fundamentos teóricos e minha concepção de mundo me direcionam para a pesquisa qualitativa como método de investigação, mas a especificidade de cada trabalho, a subjetividade de cada pesquisador possibilita-nos e até obriga-nos a criar, adaptar e recriar metodologias. O dia a dia da pesquisa vai oferecendo acenos dos caminhos que devemos trilhar ou não. Acredito que, o pesquisador não pode ficar submetido a metodologias rígidas. Deve valer-se de doses de audácia e de liberdade na hora de investigar e escrever.

Sobre pesquisa qualitativa, Triviños (1987), diz que apesar das medições e quantificações, o ensino sempre caracterizou-se pelo destaque de sua realidade qualitativa. Segundo o autor, isto quase sempre aparecia como uma forma espontânea e natural de estudo das realidades escolares.

A prática da quantificação visível nos processos educativos, que parecia não estar sujeita a nenhum fundamento teórico, na verdade expressava uma dimensão positivista da explicação dos fenômenos sociais que aplicava os mesmos princípios e métodos das ciências naturais ao estudo das ciências humanas.

Em sentido contrário a esta tradição começaram a elaborar-se programas de tendências qualitativas para o estudo dos processos educativos, especificamente, e sociais em um sentido de maior amplitude.

No início houve uma certa confusão, e sem uma maior reflexão muitos pesquisadores decidiram abandonar de vez a possibilidade do uso quantitativo. Desta forma, surgiu uma falsa dicotomia na relação quantitativo - qualitativo.

Sobre a relação quantitativo–qualitativo, recorro a André (1995), quando faz a seguinte afirmação: *associar quantificação com o positivismo é perder de vista que quantidade e qualidade estão intimamente relacionadas (1995:24)*. A autora garante que é possível fazer uma pesquisa utilizando basicamente dados quantitativos, entretanto no processo de análise feita estarão sempre presentes o meu quadro de referência, os meus valores, enfim, a minha concepção de mundo. Assumindo essas marcas da subjetividade na pesquisa, estarei longe dos pressupostos positivistas, mesmo que esteja trabalhando prioritariamente com dados quantitativos.

De outra forma, mesmo trabalhando com dados de depoimentos, entrevistas ou de observações, os resultados podem ser expressados em números. Por exemplo, o fato de dizer que 50% dos entrevistados consideram uma determinada proposta autoritária não significa obrigatoriamente que esteja sendo usado um enfoque positivista. Neste caso, o número auxilia a explicitar a dimensão qualitativa.

André (1995), prefere reservar os termos quantitativos ou qualitativos para diferenciar as técnicas usadas para as coletas de dados, ou para *designar o tipo de dado obtido, e utilizaria denominações mais precisas para determinar o tipo de pesquisa realizada: histórica, descritiva, participante, etnográfica, fenomenológica, etc (1995:24-25)*.

A escolha, portanto, do enfoque qualitativo para esse estudo se deve a intenção de privilegiar os aspectos conscienciais, subjetivos dos atores (percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, da realidade a-histórica, de relevância dos fenômenos pelos significados que eles possuem para o sujeito, isto é, para o ator).

Destacando a idéia de que é importante conhecer por meio de percepções, reflexão e intuição a realidade, com a intenção de transformá-la em processos contextuais, dinâmicos e complexos, essa pesquisa busca respostas às questões levantadas e já citadas no início desse capítulo, através das Representações Sociais dos investigados.

A INVESTIGAÇÃO EM UMA COMUNIDADE DE PESCADORES

A sistemática leitura de jornais da cidade sobre a Vila da Barra, sobre a pesca na região e a sua realidade ambiental, somada a uma revisão bibliográfica sobre o tema, propiciaram-me o conhecimento necessário para o início das investigações. Esta leitura geral, denominada por Bardin de “flutuante”, conforme cita Triviños (1987:161), permitiu-me a construção dos objetivos gerais da pesquisa e o caminho da investigação.

Iniciei o trabalho de investigação através de freqüentes visitas a Vila da Barra com o intuito de conhecer pessoas e observar a vida desta comunidade de pescadores em seu cotidiano. Importante salientar que, a Vila da Barra é uma antiga conhecida minha, já que como natural da cidade de Rio Grande –RS, muitas vezes em minha infância e juventude acampeei na Barra nos períodos de veraneio. Certamente, ali começou a minha aproximação com aquela comunidade de pescadores, pessoas simples e amigáveis.

Logo percebi que a minha presença era notada com uma certa desconfiança por parte dos moradores. Apesar de nunca ter recebido uma negativa quando de minhas indagações e aproximações iniciais, notei que as pessoas falavam apenas o necessário para manter um breve diálogo.

Depois de algumas visitas resolvi procurar um líder comunitário da vila para apresentar o meu projeto de pesquisa. Não sabendo onde este líder residia, perguntei o seu endereço para um homem que estava trabalhando em frente ao portão de entrada do campo de futebol do Mirim, um clube esportivo da Vila da Barra. Recebi como resposta um vigoroso “não conheço esta pessoa.” Aqui não mora!

Continuei procurando, mas estranhei a resposta recebida, pois mesmo sem conhecer

pessoalmente o líder comunitário sabia que esta pessoa era muito conhecida na comunidade. Foi candidato a vereador em Rio Grande conseguindo uma ótima votação entre os moradores da Barra. Mais tarde, fiquei sabendo que o homem indagado por mim sobre a residência do presidente da associação, era um ferrenho adversário político deste, tendo sido também candidato a vereança municipal e obtendo uma votação na vila menor do que a votação do adversário político.

Pouco depois fui levado até a residência do líder comunitário, onde após as apresentações necessárias, fiz uma exposição da minha proposta de pesquisa junto a comunidade de pescadores da Vila da Barra. A proposta foi bem recebida pelo líder comunitário que durante a conversa de aproximadamente duas horas, fez-me o convite para conhecer a vila.

Em companhia desta pessoa caminhei pela vila, conheci alguns lugares de encontros sociais como bares, campos de futebol e durante o passeio fui apresentado a várias pessoas como pescadores, comerciantes e moradores até chegarmos à “rua da praia”, que na realidade é o cais onde ficam os trapiches, os depósitos e até uma fábrica de pescado. Em síntese, ali é o lugar de trabalho dos pescadores quando “estão em terra”, termo utilizado em contra ponto do “estão no mar”, quando os pescadores estão pescando.

Considero, este, o lugar mais representativo da Vila da Barra, ali acontece diariamente o encontro social e profissional entre os pescadores, comerciantes e outras pessoas da comunidade, que tradicionalmente fazem uso deste espaço público, aqui entendido como um espaço que assegura nos diversos momentos da vida coletiva ou individual uma maior informação, participação ou simplesmente o encontro e a conversa entre, colegas, amigos e conhecidos da comunidade.

Na “rua da praia” fiquei por mais de duas horas conversando, observando e me apaixonando pelo lugar. Durante as conversas apresentei a minha proposta de pesquisa, ressaltando a necessidade de contar com a colaboração de todos. Os pescadores presentes neste momento foram unânimes em se colocar a disposição para responder as perguntas necessárias. Entretanto, alguns pescadores perguntaram-me sobre os meus objetivos e o que eles, eles, entendido como a comunidade, poderiam ganhar com a referida pesquisa.

Considereei procedente esta pergunta, pois de fato muito das pesquisas científicas realizadas pelos cursos de mestrado e doutorado não trazem um resultado imediato, pelo menos visível em curto prazo para as comunidades pesquisadas. Respondi aos pescadores, que a pesquisa representava o meu interesse por aquela comunidade. Minha intenção era estudar suas Representações Sociais sobre questões ambientais e, que, entendia que o meu interesse poderia ser através do meu trabalho ampliado para outros setores da sociedade, assim como possibilitar um debate da própria comunidade sobre o seu cotidiano, sobre as suas vivências, seus problemas, suas inseguranças, enfim sobre o seu futuro, enquanto uma comunidade de pescadores.

Combinei com os pescadores que faria visitas semanais com a intenção de observar o cotidiano da comunidade e, que, havendo disponibilidade por parte deles entrevistaria algum pescador. Procurei realizar a pesquisa de uma forma informal com a intenção de evitar constrangimentos e respostas pouco francas.

Com a intenção de conhecer melhor a comunidade comecei as entrevistas com o líder comunitário e umas das mais antigas moradoras da Barra. Estas entrevistas foram realizadas nas casas dos próprios entrevistados. Em suas casas, simples, mas aconchegantes, percebi que eram pessoas religiosas. Imagens em gesso colocadas sobre os móveis, quadros religiosos pendurados nas paredes, bíblias e locais para o acendimento de

velas são comuns em todas as casas em que tive a oportunidade de visitar. Segundo informações colhidas junto à população da Barra alguns moradores descendentes de portugueses ainda cultuam um “santo” denominado de “São Bento da Porta Aberta”. Esta tradição teria sido trazida da Póvoa do Varzim em Portugal, lugar de origem dos primeiros pescadores e familiares chegados na vila.

Após dediquei-me ao trabalho de pesquisa com os cinco pescadores, que foram escolhidos apenas por serem pescadores artesanais e moradores da vila. As entrevistas foram individuais, mas em diversos momentos tivemos a oportunidade de debater em grupo sobre as questões propostas na pesquisa e outras oriundas da própria situação de debate. Na maioria das vezes as entrevistas foram realizadas nos galpões de pesca, que são os locais onde os materiais de pesca são guardados e consertados quando necessário. Entretanto, considero importante salientar que as conversas informais ocorridas, principalmente na “rua da praia”, foram de incontestável importância para o entendimento, para a confirmação, ou mesmo para a construção do contraditório das questões investigadas.

Por último entrevistei duas professoras e um comerciante de pescado, denominado no meio pesqueiro de “intermediário”. Este foi entrevistado em sua residência, já as professoras foram entrevistadas na escola em horário de trabalho.

A disposição para a entrevista, apontou para as duas professoras escolhidas. Uma das docentes executava um trabalho de educação ambiental na escola, propondo e coordenando atividades para o resto da escola. A outra professora, naquele momento, exercia um cargo de direção na escola, mas já preparava-se para entregá-lo para uma colega eleita para um novo mandato diretivo na escola.

O “intermediário” foi escolhido por ser um pequeno comerciante e ter-se colocado a disposição, fato que não é comum entre os intermediários. Ele continua vivendo como um pescador artesanal, ainda não ganhou dinheiro suficiente para torna-se um “tubarão”, conforme denominação usada na comunidade para identificar um grande comerciante de pescado. Para este, antigo pescador artesanal, tornar-se um “intermediário” foi a última chance de “ganhar dinheiro” com a pesca, como ele próprio definiu a sua realidade. Uma representação do pequeno comerciante demonstra bem a sua posição: *Hoje, pela primeira vez na vida, eu posso pagar os estudos da minha filha. Estou pagando um cursinho pré-vestibular para ela, a gente fica feliz com isto.*

O problema e as questões de pesquisa

Diante do exposto foi proposta uma pesquisa tendo como **objetivos** principais valorizar o conhecimento construído no cotidiano; obter informações sobre questões ambientais; favorecer o debate acerca de substituir os pensamentos fracionais *pelos pensamentos complexos na Educação Ambiental* e como **problema** analisar as representações sociais de atores sociais em uma comunidade pesqueira acerca de questões ambientais.

Para especificar esse problema destaco como **questões de pesquisa**:

- qual o pensamento das pessoas integrantes da comunidade pesqueira a respeito do seu ambiente, de forma mais ou menos abrangente, incluindo a predação na pesca, meio ambiente, poluição e cidadania ?

- as atividades que dizem desenvolver no seu cotidiano, vivenciando as questões relativas a predação na pesca, meio ambiente, poluição e cidadania condizem com a sua

prática social observada pelo pesquisador?

- na comunidade pesqueira as Representações Sociais de atores sociais diferenciados convergem para uma mesma direção?

Caracterização da pesquisa

Classifico minha pesquisa como etnográfica. De acordo com André (1995), a etnografia é um esquema de pesquisa originado e desenvolvido pela antropologia para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”. Dentro do referencial antropológico, etnografia têm dois significados: significa um conjunto de técnicas usado para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e, um relato escrito sobre os resultados do emprego dessas técnicas.

Para a autora, respeitando a diferença existente entre antropologia e educação, o que os pesquisadores em educação têm realizado são pesquisas do “tipo etnográfico” e não etnografia na sua conceituação mais restrita.

Num trabalho etnográfico em educação usamos técnicas tradicionais na etnografia, como: a observação, a ênfase no processo, a preocupação com o significado, o trabalho de campo, a formulação de hipóteses, conceitos abstrações, teorias. A pesquisa qualitativa, fundamentada na etnografia, objetiva a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade.

A pesquisa das Representações Sociais de atores sociais diferenciados da comunidade de pescadores, teve o intuito de buscar respostas para indagações sobre

algumas questões ambientais, que serão melhor explicitadas ao decorrer deste relatório. Fiz uso de entrevista semi – estruturada. Fiz uso de roteiros com questões apenas com o objetivo de orientar o trabalho de coleta de dados, mas favorecendo ao entrevistado a livre manifestação da sua opinião sobre o assunto proposto ou outro tema derivado desse.

Procedimentos da investigação

Durante minha investigação entrevistei dez pessoas, sendo cinco pescadores artesanais, um comerciante de peixe (intermediário), um membro da Associação de Bairro da Barra, uma moradora antiga do local, e duas professoras que exercem suas atividades profissionais na escola localizada na Vila da Barra. Durante as investigações outras pessoas contribuíram como informantes informais. Através das informações coletadas destas pessoas representativas da comunidade e das observações realizadas no local foi feita a descrição de relações que permeiam práticas sociais na Vila da Barra.

As professoras escolhidas para a entrevista foram a Supervisora Escolar e outra docente que aceitou participar da investigação. Percebi uma certa resistência por parte das docentes quanto a sua participação na pesquisa. Parece-me, que alguns professores vêm com desconfiança as pesquisas acadêmicas. Demonstaram desconforto diante da possibilidade de uma exposição pública da sua prática pedagógica. Saliento, que durante as observações e nos debates informais diversas pessoas que não estão arroladas entre as dez entrevistadas contribuíram em muito para todo o processo investigatório. Assim, entendo, que a pesquisa buscou informações em um grupo de pessoas previamente escolhido, mas, também abasteceu-se por informantes que aproximaram-se durante o estudo. Ao todo, contei regularmente com um grupo de vinte e cinco colaboradores.

A análise de dados foi feita ao longo do desenvolvimento da investigação, com o

intuito de direcionar o caminho a ser seguido, entretanto, ao final da coleta de dados a análise se tornou mais sistemática. Para tanto, foram agrupadas as respostas das entrevistas, por questões, de onde foram extraídas declarações coincidentes e diferenciadas entre os depoentes.

Mesmo não fazendo parte integrante da comunidade procurei estar presente no seu cotidiano, porém, adotei a posição de um mero observador, ou seja, sem a intenção de intervir na realidade encontrada. Minayo (1994), denomina essa atuação de observação total, onde o observador se compromete consigo mesmo e com o grupo pesquisado de que sua posição é a de um observador, portanto sem participar, intervir ao contrário do observador participante total que está predisposto a intervir.

Procedimentos para a coleta de informações

Sobre a coleta de dados Becker (1994) afirma que, cada investigador acaba criando os métodos precisos para o desenvolvimento de sua pesquisa, pois ele tem necessidade de elucidar um problema específico. As regras gerais não levam em conta as peculiaridades locais, portanto o pesquisador necessita usar a sua sensibilidade para perceber o melhor caminho a seguir. A experiência de uma pesquisa é única. Essa questão é abordada por Becker da seguinte forma: *Ao invés de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento, podemos tentar tornar as bases destes julgamentos tão explícitas quanto possível, de modo que outros possam chegar às suas próprias conclusões* (Becker, 1994 :20).

Vários procedimentos foram usados na investigação, que foi desenvolvida nos anos de 2000 e 2001. Foram utilizados: entrevistas individuais semi-estruturadas, debates em grupo (informais) e observações livres.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas individualmente, gravadas e anotadas em um caderno de campo. Apenas três entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, as outras foram em seus respectivos ambientes de trabalho.

As perguntas serviram para orientar a fala dos entrevistados, mas sempre com o intuito de propiciar uma abordagem franca, natural. Trabalhei com dois roteiros diferentes. Um roteiro foi usado para os pescadores e outros moradores da comunidade e um segundo roteiro foi utilizado para as professoras participantes da pesquisa, conforme anexos disponíveis neste relatório.

O primeiro roteiro orientou para assuntos como pesca, ontem e hoje, predação, meio ambiente, poluição e cidadania. O segundo roteiro girou em torno de como a temática pesca é focalizada na escola da vila, sobre conceitos de cidadania e meio ambiente. Estas entrevistas permitiram um maior aprofundamento das questões em pesquisa e das minhas convicções.

Os debates informais ocorreram em situações ocasionais, ou seja, sem que fossem combinados, e ocorreram nos locais de trabalho dentro de um clima de cumplicidade. Este procedimento justificou-se pela possibilidade de confirmar ou não as declarações até aquele momento realizadas e até mesmo o “surgimento” de contradições, novas informações. O clima de debate, mesmo que informal, permitiu sem qualquer dúvida declarações com um nível de maior franqueza. Triviños, (1987:149) fundamenta esta prática quando escreve que o pesquisador:

Antes de iniciar a entrevista mesma, o investigador deve estar plenamente convencido da necessidade de desenvolver, no desenrolar dela, todos os elementos humanos que permitam um clima de simpatia, de confiança, de lealdade, de harmonia entre ele e o entrevistado. Isto é essencial par atingir a máxima profundidade no espírito do informante sobre o fenômeno que se estuda.

As observações livres foram realizadas em todos os momentos em que estive na comunidade. Ocorreram ao caminhar pela vila, ao conversar com as pessoas da comunidade, participantes da pesquisa ou não. Serviram para identificar lacunas, contradições, silêncios e distorções orientando-me para os passos seguintes da pesquisa.

Coloco-as como fundamentais para minha própria orientação dentro do processo de pesquisa. Forneceram-me informações não declaradas nas entrevistas, percebi o que não era dito em nenhum momento pelos entrevistados. Neste caso específico, falo principalmente dos pescadores. Novamente socorro-me em Triviños para fundamentar meu estudo:

“Observar”, naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.) Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado em seus atos, atividades, significados relações etc (1987:153).

Sobre a metodologia usada por mim para a coleta, foi fundamental o referencial teórico escolhido, mas também em muitos momentos o próprio desenrolar dos trabalhos de investigação fizeram-me “criar métodos” apropriados para determinadas situações, por exemplo, logo no início da pesquisa constatei que os pescadores não cumpriam os horários combinados para as entrevistas. Várias foram as situações em que tive que procurar os entrevistados. Percebendo que, os pescadores costumavam ir a seus galpões de pesca logo após o almoço, solucionei o “problema”, pois adotei a mesma atitude. Sem estabelecer horários comecei a comparecer aos galpões após a almoço. Uso as palavras de Becker, para justificar este procedimento metodológico:

cada pesquisador produz os métodos necessários para o trabalho que está sendo feito, pois se a pesquisa tem o propósito de resolver um problema específico, deve fazê-lo dentro de um ambiente particular, recorrendo a técnicas também

apropriadas àquele problema. Os princípios gerais encontrados nos textos de metodologia, devido a sua generalidade, não leva em consideração variações locais e peculiaridades que tornam cada processo de pesquisa uma experiência única (1994:12).

Os entrevistados

Os pescadores entrevistados possuem na sua maioria vinte e cinco anos de pesca. Um deles, o mais jovem, “trabalha no mar” há dez anos. O intermediário possui trinta anos de trabalho como pescador artesanal. Todos declararam possuir escolaridade até a 5ª série do Ensino Fundamental. Não sei até que ponto isto significa a verdade, entendo que para eles a 5ª série representa a conclusão de um ciclo, ou seja, o Antigo Primário, já que eles demonstram não estarem familiarizados com a terminologia usada na educação para identificar os níveis de escolaridade atuais no Brasil.

A antiga moradora da vila mora no lugar a quarenta e oito anos e não declarou a sua escolaridade. O líder comunitário disse que foi um menino de rua e não soube definir bem a sua escolaridade. Por suas declarações, deduzi que possui um nível de escolaridade entre o 3º e o 5º ano do Ensino Fundamental. Trabalhou como estivador e atualmente está aposentado. Apesar de sua baixa escolaridade, mostra-se uma pessoa muito inteligente e interada com as questões que permeiam a comunidade.

As duas professoras são as únicas dos entrevistados com um nível maior de escolaridade, as duas possuem curso superior. Trabalham na escola há pelo menos dez anos e consideram-se satisfeitas em conviver com uma comunidade de pescadores artesanais. Uma delas declarou que *é muito bom trabalhar na Barra. O pessoal é muito cordial.*

Constatei que, o espaço social onde os pescadores se reúnem para conversar, trabalhar, onde embarcam e desembarcam, desmalham o peixe recém chegado é a "rua da praia". Neste lugar presenciei dois momentos diferentes: primeiro convivi com os pescadores durante o período de "Defeso". Começando em 1º de junho e se estendendo até 30 de setembro a pesca de camarão, tainha, bagre e corvina no estuário da Lagoa dos Patos, desde Arambaré até a Barra do Rio Grande. Neste período de quatro meses sem pescaria, portanto sem renda, que pode chegar a oito meses se houver frustração das safras de corvina, camarão e tainha, os pescadores precisam se cadastrar para receberem o seguro-desemprego, fixado em salário mínimo nacional, sendo que no Defeso é para a maioria dos pescadores a principal fonte de renda. Os dois programas existentes, que garantem pequenos financiamentos para consertos de barcos, compras de redes, reformas de galpões, etc, acabam servindo para o sustento das famílias.

Neste período, sem pescaria, o pescador é um homem triste, de cabeça baixa. A vila como um todo depende das atividades pesqueiras. O sucesso da pesca é determinante para o "humor" da população desta comunidade. Isto, ficou evidente em outro momento, quando durante uma boa safra de corvina tive a oportunidade de observar a "rua da praia" cheia de pescadores alegres, falantes, confiantes na vida e na profissão de pescador.

O pescador exerce vários tipos de trabalho ligados à pesca: a pescaria na lagoa (mar)ou no oceano, quando passa a ser um pescador da pesca industrial e o trabalho na "rua da praia" (manutenção, desmalho). Na "rua da praia" ficam localizados os depósitos, os escritórios de "intermediários", e os galpões de pesca, onde os pescadores guardam o seu material e consertam suas redes nos períodos de "defeso" ou de safras fracassadas.

Os "intermediários" são pessoas que compram a produção dos pescadores e revendem para as indústrias da cidade e do restante do país. Alguns, através desse

comércio, estabelecem vínculos de dependência econômica entre eles e os pescadores.

Grandes intermediários, conhecidos pejorativamente como “tubarões”, emprestam dinheiro para os pescadores comprarem eletrodomésticos, e também, para o atendimento de algumas necessidades fundamentais para a sobrevivência de uma família, como alimentos e remédios. O pagamento é realizado quando os pescadores artesanais devido ao período de “defeso”, ou por frustrações de safras, embarcam nos barcos destes intermediários, que também são proprietários de alguns barcos, para prestar serviços a estes.

É fácil afirmar que os moradores da Vila da Barra do Rio Grande – RS encontram na pesca o seu meio de sobrevivência. Toda a economia do lugar necessita da pesca. Em períodos de escassez de peixes os armazéns, os bares, as padarias, enfim o pequeno comércio sente a falta de dinheiro. Por outro lado, em temporadas de fartura do pescado todos aproveitam para pagar as dívidas, comprar alguns bens duráveis e comer e vestir um pouco melhor do que usualmente o fazem. Vida diferente dos homens tristes e humilhados pela falta de trabalho e renda que eu conheci em períodos de crise pesqueira.

Assim, conceitos de meio ambiente, educação ambiental, cidadania e currículo fazem parte da vida das pessoas, mas nem sempre são explicitadas por elas ou mesmo experienciadas de forma plena, de modo a lhes garantir condições de “ser e estar no mundo”.

Meio Ambiente

A questão do Meio Ambiente foi inserida, pela primeira vez, na Constituição do Brasil de 1988, no capítulo VI, artigo 225, denominado Do Meio Ambiente. Declara que:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Esse artigo integra-se plenamente aos movimentos mundiais que procuram estabelecer uma nova relação do homem e seu meio natural. Segundo Dias, os subsídios técnicos produzidos pela Comissão Interministerial para a participação na Conferência das Nações Unidas, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em julho de 1991, explicita esses pressupostos:

(...)a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro. Para fazê-lo a educação ambiental deve capacitar ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio (1998: 27).

Podemos perceber, o “slogan” mundial de que o meio ambiente deve ser preservado e/ou conservado. Da mesma forma, uma proposta de transformação de valores, conhecimentos, habilidades, respeitando as diferenças regionais, culturais e individuais com o intuito de alcançar o exercício pleno da cidadania e uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, políticos, sociais, econômicos, etc..

Busco em Reigota (1988), o conceito de Meio Ambiente que balizará este estudo:

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural construído (1998:14).

Reigota (1988), afirma que o Meio Ambiente deve ser entendido como um espaço “determinado no tempo” com o intuito de delimitar as suas fronteiras e seus momentos mais específicos, fontes para um conhecimento mais profundo.

Sendo uma Representação Social, é percebido, pois cada pessoa o vê de acordo com os seus entendimentos, conhecimento próprio e experiências do cotidiano em um determinado tempo e espaço.

As relações são complexas, dinâmicas, interativas e interdependentes entre o meio natural, o construído e os grupos sociais, gerando um processo permanente de criação e recriação. O produto dessas constantes mutações tornam-se visíveis na natureza e em todas as atividades humanas, como; nas artes plásticas, na música, no cinema, no teatro, na dança, na literatura, na tecnologia, na política, ciência, etc.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental é uma práxis em formação. Existem conflitos e são evidentes. Visões de mundo diferentes, variadas metodologias permeiam os estudos da Educação Ambiental. Não pretendo debater sobre essas várias opções, mas tenho como alicerce uma idéia, que Carvalho ajuda-me a explicar:

Para construirmos valores mais solidários e garantirmos o direito a vida, para a nossa e para aquelas que virão, não basta ser amigo das árvores e dos animais, é preciso criar práticas sociais efetivamente democráticas e solidárias na relação entre os homens (1993:40).

A Educação Ambiental pensada dessa forma e praticada também assim é um projeto revolucionário, pois pretende uma transformação muito abrangente. Não consigo perceber condições de construirmos uma sociedade democrática e solidária nas relações

humanas enquanto convivermos e aceitarmos a pobreza, a violência, a exploração humana em prol do acúmulo de capital. A educação como parte de um sistema social tem sua parcela de contribuição a oferecer. Sozinha, pouco pode realizar, não concordo com opiniões que colocam a educação como capaz de tudo transformar, entretanto, sem dúvida possui uma tarefa muito importante no processo de mudanças que uma parte da sociedade, hoje, está a exigir.

Acredito sim, na educação como um importante instrumento de trabalho para a formação de uma mentalidade sustentável, tanto na educação formal quanto na informal e não-formal. Para que isto seja possível, é necessário reformar o pensamento, e como diz Morin (2000), é decisiva para uma reforma do ensino básico e esse por sua vez também o é fundamental para uma reforma do pensamento. São relações dinâmicas e rigorosamente interdependentes.

Vivemos um contexto que vai muito além de uma crise ecológica, existe uma crise sociocultural, que exige de todos nós uma percepção complexa da realidade. A sociedade industrial tem provocado uma degradação cada vez maior ao Meio Ambiente físico e social. A crise ambiental tem outros fatores determinantes, tais como a distribuição desequilibrada de poder e riqueza. Não é possível negar a importância desses itens para um pensamento que pretenda construir uma sociedade equilibrada dentro de enfoque ecológico, econômico e social.

O difícil é fazer com que as questões socioambientais sejam percebidas e defendidas pelas comunidades. Faltam informações e engajamento, sobram burocracia e pedantismo em uma estrutura autoritária. É necessário que as discussões sobre a crise socioambiental sejam realizadas em um clima de democracia onde seja possível debater sobre valores, maneiras de enfrentamento da crise, sempre estimulando a responsabilidade

coletiva, enfim a prática plena da cidadania. Dessa forma, Segura (2001: 40), contribui afirmando que:

... seria fundamental que o processo educativo estivesse em sintonia com os valores democráticos a fim de romper o círculo vicioso de mandonismo e obediência predominante. Por isso, formar interlocutores capazes de participar ativamente e representar interesses coletivos diante dos esquemas de privatização da política e do Estado é um desafio de primeira ordem.

Implantar a Educação Ambiental na escola, significa ver essa escola a partir de uma concepção complexa, ou seja, relacionada, articulada permanentemente com o restante da sociedade. Perceber a escola, a educação funcionando dentro de um todo, com seus méritos e deméritos certamente ajudarão na construção de currículos mais relacionados com a realidade.

A Educação Ambiental trabalha em sua essência com situações complexas e por isto se caracteriza pela abertura a diversidade, buscando a interação de saberes e visões diferentes, na qual a participação e a cidadania estarão a serviço da construção de uma sociedade mais justa.

Cidadania

De acordo com Arroyo (2001), a vinculação da educação à cidadania só aconteceu após a década de 80. Nas décadas de 60 e 70, teóricos relacionavam a educação com o desenvolvimento econômico, deixando de considerar o desenvolvimento humano, ou social, pelo menos. A educação era entendida nesses momentos históricos como uma necessária preparação para o trabalho, especialmente nos anos 70.

Nos anos 80, a escola foi aberta para os movimentos sociais, começou a acontecer

uma sintonia maior com as reivindicações da sociedade como um todo. A partir daí se inicia a falar em formar cidadãos, “porque a sociedade falava em cidadania”, contrapondo ao discurso que enfatizava apenas a preparação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Naquele momento, segundo esse autor, cidadania significava participação, participação política mais especificamente. A escola era entendida como um espaço preparatório para a participação política, através da conscientização.

Foi um momento muito criativo, currículos e livros didáticos foram renovados, novas propostas de formação de professores surgiram, práticas pedagógicas foram alteradas. O contexto exigia isto, mas limitava-se a isto. O Brasil estava saindo de uma ferrenha ditadura militar, um grave período de repressão e inibição do pensamento livre, mas hoje o contexto é outro. Cidadania não significa mais a mesma coisa, significa participação política em um sentido mais amplo do que a participação em governo.

Hoje, cidadania é lutar pelo direito de ter emprego, alimentação digna, saúde, moradia, segurança, educação, etc. É mais do que ter direito de votar e ser votado, é a exigência do cumprimento de promessas de campanha eleitoral, é exigir que se cumpram as leis, mais do que isto, é pressionar pelas mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável em todos sentidos, econômica, social, política, etc.

Os autores abaixo citados demonstram com suas afirmações a amplitude do conceito de cidadania:

De acordo com Ruscheinsky (1999:14): *O horizonte da cidadania e seus relacionamentos com o âmbito da educação inscreve a existência dos sujeitos sociais em dilemas e contradições, através das quais encontram-se desafiados em face da cooperação*

ante seus interesses.

Sobre o conceito de cidadania, Arroyo (2001:41), se expressa da seguinte forma:

... não é só ter ou não ter emprego, é que o emprego condiciona ter ou não ter um companheiro, companheira, ter ou não ter casa onde morar, adiar projetos humanos, adiar projetos de maternidade, paternidade, adiar aqui uma operação, adiar a vida, adiar a dignidade humana. Isto hoje é cidadania.

Gadotti (2000), trabalha com um conceito mais amplo de cidadania. O conceito de cidadania planetária, que é fundamentada em uma visão que defende a necessidade de uma unificação do planeta e uma sociedade mundial. Cidadania planetária expressa uma gama de princípios de novos valores, atitudes e comportamentos que tratam o planeta como um ser vivo. Estes princípios elegem a harmonia planetária como um fator indispensável para a vida das partes do todo do planeta Terra.

Gutiérrez (1997:41), afirma que precisamos desenvolver novas capacidades para alcançarmos a cidadania planetária:

1- sentir, intuir, vibrar emocionalmente (emocionar); 2- imaginar, inventar, criar e recriar; 3- relacionar-se e interconectar-se, auto-organizar-se; 4- informar-se, comunicar-se, expressar-se; 5- localizar, processar e utilizar a imensa informação da “aldeia global; 6- buscar causas e prever conseqüências; 7- criticar, avaliar, sistematizar e tomar decisões; 8- pensar em totalidade (holisticamente).

Depois destas considerações sobre conceitos de cidadania, reforço que a construção de uma vivência cidadã, seja local ou global, depende de um árduo trabalho de todos os homens em suas diversas atividades. A união do Estado com a Sociedade Civil, do interesse individual com o coletivo, do contexto local com o global pode criar condições

para um pleno exercício da cidadania no enfoque que aborda a escola, assim como o trabalho que são veículos disso. Insere, então, a educação escolarizada como instrumento de formação de pessoas capazes de buscar informações que aprimorem o bem estar dos seres.

Currículo

Como já foi dito anteriormente a Educação Ambiental está em processo, formação. Diversas ideologias, visões de mundo, metodologias estão presentes nesse processo. No entanto, para mim deve estar integrada e articulada com a comunidade. Suas ações devem partir de uma concepção complexa de mundo.

É muito importante para a educação escolarizada estar inserida na realidade mais próxima da comunidade. As comunidades possuem suas particularidades, suas subjetividades, isto precisa ser levado em conta no momento de pensar as propostas curriculares por parte dos professores.

Discutir a Educação Ambiental passa compulsoriamente por debater a questão do currículo na escola. Como já vem sendo abordado no meio escolar o currículo não pode continuar sendo visto como um programa de conteúdos.

É preciso relacionar, articular, integrar a escola com a comunidade. Por isso, torna-se de fundamental importância conhecer as Representações Sociais de pessoas representativas da comunidade. Recordo Giesta, sobre o assunto:

O que representa a escola para a população, bem como os modos de vida e produção vigentes hoje em dia e nos próximos anos é uma discussão inadiável no desenvolvimento do currículo escolar e na reflexão permanente do profissional docente frente às suas decisões pedagógicas e profissionais (1999:117-118)

Se a Educação Ambiental quer transformar conceitos, atitudes, valores, enfim, construir novas relações sociais e econômicas que possam substituir as alicerçadas pelo paradigma capitalista, necessita de um entendimento curricular que se desprenda da visão estreita da lista de conteúdos. Sobre isso, Doll Jr. afirma com muita clareza o seguinte:

Portanto, um currículo construtivo é aquele que emerge através da ação e interação dos participante: ele não é estabelecido antecipadamente a não ser em termos amplos e gerais. (...) Assim, um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam em uma rede relacionada de significados. Quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas e mais profundo será o seu conhecimento (1997:178).

Diante disso, entendo urgente que, a escola seja capaz de construir currículos escolares que representem as ansiedades das populações envolvidas no processo, pois assim a aprendizagem e o conhecimento construídos serão frutos das interações, das conexões dos indivíduos e dos coletivos refletindo o diálogo e as reflexões possibilitados pelo desvelamento das realidades.

Giesta (1999), aborda a importância de um currículo real, onde o estudante possa analisar a coerência de seus valores e compromissos, assim como da sociedade, adquirindo competência suficiente para perceber o ambiente particular como parte integrante do ambiente global, fundamentando uma melhor compreensão do mundo, dos fatos, das pessoas, etc. Sobre o currículo Rojo se expressa assim:

...deve ter em conta o indivíduo e a sociedade circundante; a história biográfica de cada indivíduo de cada indivíduo, sua idiossincrasia e autoconhecimento, assim como a tomada de consciência de uma realidade que deve transformar-se mediante o compromisso emancipador do professor e do aluno com ela (1997: 137).

A escola está fundamentada na idéia do conhecimento especializado. Disciplinar, fragmentando o conhecimento construído, não considera o todo enquanto partes

articuladas, relacionadas permanentemente entre si, expostas a influências recíprocas. Segundo Morin, *os problemas são interdependentes no tempo e no espaço, mas as pesquisas disciplinares isolam os problemas uns dos outros (2000:161)*. Para reverter esse quadro é necessário reformar a educação, mas para tornar possível essa intenção é necessário reformar o pensamento.

A educação precisa estar alicerçada dentro do que Morin chama de o pensamento do contexto. Assim devemos pensar a política, a demografia, a ecologia, etc como partes de um todo inter conectado. Para o autor *trata-se de buscar sempre a relação de inseparabilidade e de inter-retro-ação entre o todo fenômeno e seu contexto, e de todo contexto com o contexto planetário (2000:167)*.

Precisamos de um pensamento que ligue o todo às partes e as partes ao todo em um processo de retroalimentação permanente. Morin afirma *que, o particular torna-se abstrato quando é isolado do todo do qual faz parte. O global torna-se abstrato quando não passa de um todo separado de suas partes (2000:168)*.

Diante do exposto, considero que é grande a importância da escola considerar as concepções da população sobre o Meio Ambiente, seu trabalho, suas atividades e modos de sobrevivência, sua religiosidade, etc. A escola para estar inserida em uma comunidade precisa conhecer esta comunidade em profundidade. “Pensar” como a comunidade é o caminho para uma verdadeira inserção, sem isto corre o risco do isolamento.

Em mundo complexo, onde tudo está interligado dentro de um processo de retroalimentação permanente, nada pode ser pensado isoladamente, desconectado do todo. Sobre isto Nóvoa contribui assim: *formação de professores deve ser concebida como um dos componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de*

intervenção, e não com uma espécie de condição prévia da mudança (1992:28).

Lembrando Morin (2000), quando afirma que, a reforma do pensamento exige uma reforma do ensino, nos seus três níveis (primário, secundário, universitário), entretanto a reforma do ensino necessita da reforma do pensamento, temos aí os problemas ligados entre si, com um caráter circular. A formação dos professores passa obrigatoriamente por essas circunstâncias, o que confirma as interdependências entre as partes e o todo e o todo e as partes em um movimento permanente de retroalimentação.

Essa mudança não pode acontecer de um momento para o outro como uma ação mágica. A transformação está contida em um processo. Assim a educação não pode continuar fragmentando o pensamento, condicionando, instruindo a inteligência à especialidade. Sobre isso Morin afirma com muita propriedade o seguinte:

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar (2001:39).

Romper com a inteligência compartimentada é fundamental para a construção de uma educação que trabalhe com o contexto e com o complexo. Não é uma tarefa de uma disciplina, de uma área de conhecimento, ao contrário é um projeto que abrange a todos de maneira interdependente.

A partir dessa realidade a escola deve repensar os seus currículos, os professores devem repensar a sua tradição disciplinar e fragmentada. O primeiro passo é o reconhecimento do problema.

Para Nóvoa (1992), a formação de professores deve privilegiar um enfoque crítico-reflexivo capaz de gerar um pensamento autônomo. A formação não é construída pela soma de cursos, conhecimentos, técnicas, e sim por um pensamento crítico e reflexivo sobre o profissional e a pessoa. Nóvoa sintetiza esse pensamento. *Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (1992:25).*

É importante a troca de conhecimentos, de experiências. É necessário garantir espaço para a diversificação dos modelos e práticas de formação. A experimentação e a inovação são necessárias para chegarmos em novo paradigma de educação. Mas a mudança precisa acontecer tanto em nível do profissional como dos ambientes e contextos em que ele intervém. *As escolas não podem mudar sem o empenho dos professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. O desenvolvimento profissional tem de estar articulado com as escolas e os seus projectos (Nóvoa, 1992:28).*

Assim, fica claro que as mudanças não podem ser pensadas de forma fragmentadas, isoladas do todo e desconectadas do contexto. As partes e o todo. O todo e as partes precisam estar integrados, interligados. As soluções para problemas complexos só surgirão de um pensamento também complexo. Morin resume da seguinte forma essa visão:

Não somente a parte está no todo mas o todo está na parte. Do mesmo modo, a totalidade do nosso patrimônio genético está contida no interior de cada célula do corpo. A sociedade, entendida como um todo, está presente também no interior de nós mesmos pois temos sua linguagem e sua cultura. Trata-se aqui, também, de uma visão que quebra os antigos esquemas simplificantes (1999:49).

Saber o que as pessoas conhecem e acreditam sobre o seu cotidiano, evidencia sua

bagagem, sua cultura e fornece à educação escolarizada elementos para alavancar os processos de mudanças.

A escola não poderá ser transformada se a sociedade com um todo também não for transformada, por sua vez a sociedade não sofrerá mudança substancial se a educação não for mudada. Esse é o entendimento que precisamos para promover o novo. Os fatores econômicos, sociais, biológicos, políticos, o culturais, religiosos, estão permanentemente ligados e reciprocamente influenciados.

A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS, DOS DEBATES INFORMAIS E DAS OBSERVAÇÕES LIVRES

Para a análise das informações usei o método da Análise de Conteúdo, que segundo Triviños (1987), nasceu junto com os primeiros homens e seus esforços para interpretar os livros sagrados. Trabalhos mais sistemáticos são encontrados nos séculos XVII, na Suécia, e XIX, na França. Em 1908, a análise de cartas pessoais, autobiografias e jornais, realizadas por um professor de Chicago chamado Thomas, conseguiu configurar uma relação de valores e atitudes dos imigrantes poloneses. Desde então, muitos estudos têm sido realizados sobre a análise de conteúdo, mas é importante ressaltar que a evolução acontece pela deliberada fuga do pensamento dogmático, canônico, ou seja, é necessário que pesquisador procure adequar as metodologias as necessidades como já foi explicitado quando falei dos métodos usados para a coleta das informações que abasteceram esta pesquisa.

Ainda, de acordo com Triviños (1987), neste método o pesquisador deve aprofundar sua análise de tal forma que possa desvendar o conteúdo latente e, não só o manifesto que a informação possa ter. Serve para o estudo das motivações, atitudes, valores crenças, tendências e ideologias. Assim, os fenômenos sociais devem ser vistos e interpretados considerando um contexto dinâmico, estrutural e histórico.

Em todos os momentos as questões foram propostas com o intuito de estimular a fala dos entrevistados, porém garantindo liberdade para que o entrevistado dissesse o que parecesse mais adequado. Foram abordados temas como:

A presença da pesca na vida da família; o tempo de trabalho na atividade pesqueira; como era a pesca antigamente e como está a pesca atualmente. Estas abordagens tiveram a

intenção de conhecer não só concepções do pescador entrevistado como também a sua família e o seu conhecimento sobre a pesca no período de sua existência.

Em um segundo momento, as entrevistas versaram sobre temas como a predação na atividade pesqueira e seu pensamento sobre Meio Ambiente. Por último indagamos sobre suas idéias de Cidadania, de participação na comunidade e suas sugestões para uma possível melhora na atividade pesqueira e na vida dos pescadores.

No caso das professoras o enfoque inicial foi a forma como o tema pesca era abordado na escola e suas concepções sobre Meio Ambiente e Cidadania. Eu falo enfoque inicial, tendo em vista que as conversas sempre foram expandidas segundo a vontade dos entrevistados. Reconheço que, tive um trabalho bastante árduo no momento das transcrições e sistematizações necessárias para possibilitar o agrupamento dos principais temas da pesquisa. Entretanto, sem isto, suponho que não teria a riqueza de informações que obtive deixando os entrevistados livres para opinarem sobre o que naquele instante os interessava.

A pesca

A tradição da pesca na família

Os representantes da comunidade quando entrevistados disseram que a pesca é praticada tradicionalmente por todos os homens da família. Os pescadores entrevistados declararam que seus avós e pais também praticaram a pesca como profissão. Esta afirmação é confirmada nos pronunciamentos dos demais entrevistados, moradores da comunidade mas não pescadores.

Sobre o tempo de pesca os entrevistados declararam que os pescadores começam a pescar entre treze e quatorze anos de idade e o normal é trabalharem enquanto possuírem saúde adequada para o trabalho no mar, o que na prática significam trinta, quarenta anos de trabalho. Quanto ao futuro dos seus filhos, consideram que a possibilidade desses terem uma outra profissão, que não a de pescador, é remota, pois as chances de estudar são poucas e os filhos acabam seguindo a profissão dos pais por não terem outra opção.

Um dos pescadores expressa tal situação desta forma: *difícilmente o filho do pescador chega um curso superior na Universidade, porque a gente não tem condição mais de botar um filho estudar. Ele vai ser um pescador sem peixe.* Existem casos, que contrariam esta realidade exposta pelo pescador. Considero que, as dificuldades são visíveis e difíceis de serem transpostas, mas o podem ser, conforme já mencionado anteriormente. É o caso de um antigo pescador, atualmente um intermediário no comércio de pescados, que orgulha-se do esforço realizado para pagar a sua filha um curso pré-vestibular, mas é importante ressaltar que as mulheres não costumam seguir a profissão de pescadoras.

Entendo que, é uma realidade a existência de obstáculos sérios para as crianças e jovens das camadas pobres estudarem, entretanto, nesta comunidade observei que o trabalho com a pesca é incentivado desde muito cedo. Os debates informais e a observações livres mostraram-me que os entrevistados incentivam desde cedo seus filhos a praticarem a pesca, inclusive com prejuízo para as atividades escolares. Demonstram na minha opinião pouco crédito na educação de seus filhos, não acreditam em um outro futuro profissional para esses, que não seja o de pescador.

Isto é confirmado pelas informações colhidas na comunidade e já expresso anteriormente, de que a idade inicial para o começo na pesca fica entre os treze e os

quatorze anos. Mas um fato sério e marcante é a constatação de uma espécie de trabalho infantil na Vila da Barra.

Denominado na comunidade de Agache⁶, este é um trabalho executado por crianças moradoras na vila, que em sua imensa maioria são filhos de pescadores. Esta tarefa é realizada quando os barcos chegam carregados de peixe e as crianças são usadas para o desmalhe do peixe, ou seja, a retirada do peixe das redes e a sua seleção feita por espécie de peixe. Este trabalho é visível na comunidade e bem aceito por pais e familiares das crianças. Uma das professoras entrevistadas defendeu veementemente esta atividade e declarou a sua vontade de que a escola pudesse proporcionar às crianças um calendário adequado, possibilitando tempo para esta prática necessária. Segundo sua opinião, tal sugestão foi colocada no Plano de Estudo da Escola. O depoimento da professora torna bem claro esta Representação Social:

Isto não é exploração do menor. É necessidade da casa. Eu, também se não tivesse de onde tirar e surgisse uma oportunidade do meu filho trabalhar com certeza o meu filho iria trabalhar para trazer comida para dentro de casa. (...) na classe baixa a pessoas têm que se virar. Quando mais renda entrar para dentro de casa melhor. (...) as pessoas precisam ganhar mais para viver melhor. A escola deveria oferecer para essas crianças que necessitam do Agasche um professor disponível em horário deversificado para poder mantê-los acompanhando a turma. Agente colocou em nosso plano de estudo.

Entendo que, nestas declarações, existe uma clara contradição entre a vontade das pessoas da comunidade e o que realmente acontece na prática. É a contradição existente entre o ideal e o real. Acredito que a grande maioria das pessoas pertencentes a camadas populares “sonham” para os seus filhos uma situação social, profissional e financeira melhor do que a sua, entretanto, na prática as oportunidades não são aproveitadas devido a urgência das necessidades cotidianas. Sacristán (2001:19,20), sobre o direito à educação

⁶ Denominado de agache devido a necessidade do trabalho ser realizado agachado.

afirma o seguinte:

O exercício do direito à educação, transformado em obrigação pela maioria dos Estados, não cumprido pelo simples fato de sua enunciação... Exige condições materiais que o tornem realidade: a) que seja possível o acesso material a uma vaga que compete ao Estado assegurar. Os Estados costumam aceitar o direito em suas legislações antes de prever as condições necessárias para exercê-lo; b) possibilidade de assistir regularmente às aulas e permanecer na escola a etapa considerada como obrigatória, sem obstáculos provenientes das condições de vida externas ou das práticas escolares internas que possam levar à exclusão ou à evasão escolar; c) possibilidade de prescindir do trabalho infantil para que se possam praticar as duas condições anteriores.

O agache retira das crianças a possibilidade de assistirem às aulas normalmente, quando o conseguem chegam para as aulas cansadas, com as mãos machucadas pelo trabalho de desmalhe do peixe. O tempo gasto com o trabalho infantil é um tempo necessário para a execução de trabalhos escolares e estudos realizados pelo aluno fora da escola. Ainda, de acordo com Sacristán (2001:29), *a escola obrigatória só pode torna-se uma realidade no momento em que as crianças já não sejam necessárias nas atividades produtivas.*

Além disto, no caso em estudo, o fim das práticas produtivas realizadas por crianças certamente gerariam a necessidade de mão-de-obra adulta para a execução do trabalho de desmalhe, o que em situações de crise na pesca artesanal poderia servir como atenuante para a falta de renda, pois por ser um trabalho realizado por adultos poderia ser negociada uma remuneração maior.

A observações feitas na comunidade durante as entrevistas ou em outros momentos, bem como os depoimentos dos entrevistados fazem-me crer que a Vila da Barra tem sido, através dos tempos, uma comunidade voltada para a pesca. A pesca é uma espécie de elo entre as pessoas que ali vivem e convivem. Existe uma tradição de ser pescador, o comum é que um filho de pescador também venha a ser um homem que precisará da pescaria para

sua sobrevivência e de toda a sua família. Hoje, alguns pescadores encontram dificuldades para a obtenção da matrícula de pesca por não possuírem a 4ª série do Ensino Fundamental exigido pela Capitânia do Portos do Rio Grande do Sul. Outros, mesmo possuindo o comprovante de escolaridade, não conseguem aprovação nas provas realizadas pela Capitânia dos Portos do Rio Grande do Sul.

Apesar de alguns pescadores possuírem outra profissão como pedreiro, carpinteiro, mecânico, pintor essas tarefas profissionais são consideradas como um “quebra galho” para determinados momentos de necessidade extrema. Nos períodos de “defeso” ou de uma safra frustrada, o pescador permanece na órbita do cais desmalhando peixes dos barcos que pescam fora da Barra e/ou consertando redes desses barcos. Alguns, arriscam uma saída fora da Barra para dar uma “pescadinha”, para usar de suas expressões. Outros pescadores que possuem licença para pescar no oceano o fazem, embarcando, mas sempre voltam para a pesca artesanal quando a pescaria na Lagoa do Patos melhora. Outra realidade constatada durante a pesquisa é que existe na Vila da Barra um movimento dos pescadores em direção à oferta de pescado, ou seja, pescadores da Barra viajam para lugares como São Lourenço do Sul, Pelotas, São José do Norte, por exemplo, em busca de pescaria.

A pesca no passado...

Sobre este tema as respostas apresentam algumas representações unânimes. Todos os entrevistados, pescadores ou não, afirmaram que a pesca no passado, (que eu estipulo baseado na média de idade dos informantes, entre quarenta, cinqüenta anos atrás), era mais farta, “mais próspera”, para usar as próprias palavras dos pescadores.

Um dos pescadores fala do crescimento do número de barcos de pesca e de

pescadores:

“Naquela época tinha dez pescadores, por exemplo, hoje tem mil. Ai fora não tinha esses barquinhos de malha, não tinha parelha de arrastro. Hoje têm tudo isso. O peixe já não vem mais mais como vinha antigamente. Não sei se tem menos ou é ele que não vem.”

Uma declaração feita por uma pessoa, que chegou na Vila da Barra em 1954, fala de uma lembrança sua do dia exato de sua chegada na vila:

No ano em que eu cheguei aqui, 25 de janeiro de 1954, vinha aqueles botezinhos da Ilha dos Marinheiros, da Torotama, dessas ilhas, vinha correndo aqueles botezinhos, assim, correndo aquele peixe. Cada tainha de quatro a cinco quilos. Na praia do Cassino era uma fartura de peixe, agora não se vê mais. Para matar os peixes tem que ir longe, muito dias e muita rede, muito mais rede.

Esta declaração evidencia uma situação de fartura na pesca, neste caso especificamente, na safra da tainha. Demonstra que, durante este espaço de tempo houve uma modificação ambiental com uma grave diminuição de oferta de peixes. Em 1954, devido à grande quantidade de peixes, era possível pescar na praia, perto de casa. Relatos dizem que era possível assistir a pesca de suas casas. Entretanto, por outro lado, o relato mostra que a pesca artesanal da tainha já era realizada no seu período reprodutivo, denominada de “corrida da tainha”, que acontece quando a tainha sai do estuário para a desova no oceano, ou seja, uma prática predatória, o que provavelmente contribuiu para a escassez da espécie em questão nestes depoimentos.

Nos depoimentos os entrevistados demonstram conhecer alguns dos motivos que teriam levado a esta situação de escassez de peixe para os pescadores artesanais da Vila da Barra. Citam como responsáveis pelo declínio da produção pesqueira o aumento do número de pescadores, aumento do esforço de pesca e a prática da pesca predatória por

alguns tipos de barcos, entretanto, vêm com certo descrédito propostas como a Educação Ambiental.

A pesca atualmente

Quando o tema em discussão é a *pesca atualmente* os depoimentos indicam uma crise. Todos os entrevistados quando falam da atividade pesqueira hoje, são unânimes em afirmar que já não conseguem viver somente do seu trabalho na pesca. De junho a outubro não podem pescar devido ao período de “defeso”, são com certeza quatro meses sem pesca, mais as freqüentes safras frustradas do camarão e da tainha. Precisam de ajuda governamental como o seguro- desemprego, Pronafinho, RS- Pesca e de outras atividades fora da pesca que possam lhes garantir um mínimo de condições financeiras para a sobrevivência sua e de seus familiares. Em todos estes momentos de dificuldades financeiras as mulheres dos pescadores, que normalmente exercem a função de “dona de casa”, saem para trabalhar fora para compensar a falta de renda oriunda da atividade pesqueira..

Quando comparam a situação com momentos passados afirmam que, empobreceram e perderam muito em dignidade, pois não conseguem satisfazer suas necessidades mais fundamentais como a alimentação e a moradia apenas com o seu trabalho, a pescaria. Isto retira do pescador a honra de ser um trabalhador do mar e o submete a vergonha de não ser capaz de prover o seu próprio sustento.

Os outros atores sociais da comunidade entrevistados, e que não são pescadores, concordam plenamente com estas afirmativas. A repercussão da crise chega ao pequeno comércio local e chega com muita força também na escola, afinal de contas a grande maioria dos alunos são familiares de pescadores. Existe na comunidade um sentimento de

solidariedade aos pescadores pela situação em que se encontram neste momento , sem peixe, sem trabalho, sem “honra.” Entretanto, a solidariedade percebida na comunidade fica restrita ao campo das reclamações, dos pesares, não significando em momento algum uma possibilidade de aglutinação, de uma organização da comunidade, ou dos pescadores, visando uma maior participação no âmbito das decisões que o afetam diretamente.

Percebo que, os pescadores são profissionais que vivem em um estado de desalento, sentem-se ao mesmo tempo frágeis diante da natureza , não percebem o problema na sua totalidade e, impotentes diante de interesses econômicos que geram poluição e degradação ambiental, mas que os homens insistem em denominar isto de “progresso”. Um dos pescadores falou que é difícil recusar, colocar-se contra a instalação de uma indústria, pois são indústrias que oferecem empregos para a população. Indagado sobre a possibilidade de haver um direcionamento da sociedade como um todo, Estado, instituições, populações para o incentivo de instalações de indústrias não poluentes o entrevistado respondeu não acreditar que exista tal possibilidade, pois a *“força do dinheiro é maior que qualquer vontade”*.

Segundo Almeida (1997), desde o início do século XX até a década de trinta a idéia de progresso era vista como um movimento de evolução, em direção do crescimento e da ampliação do conhecimento. Não se restringia ao campo científico, referia-se, principalmente, às melhorias nas condições de vida. Após, o termo progresso passou a ser entendido como desenvolvimento, ou crescimento econômico.

O progresso como sinônimo de crescimento econômico trazia consigo a idéia de que se os países mais pobres crescessem, as suas populações também se beneficiariam. De forma prática este modelo aumentou a pobreza, concentrou renda e provocou uma grande degradação ambiental. O modelo considerou apenas o aspecto quantitativo do

desenvolvimento, o aspecto do crescimento econômico. Não foi suficiente para gerar respostas para as transformações estruturais dos sistemas socioeconômicos.

Este modelo é concentrador de renda e de riqueza e acontece tanto nos países ricos quanto nos países pobres. A concentração é realizada por uma minoria constituída por populações dos países ricos e pequenos grupos de privilegiados nos países pobres, que consomem, esbanjam e poluem. Entretanto, a propósito de desperdícios, segundo Sachs (1991), tanto a riqueza quanto a pobreza provocam esbanjamentos. Os ricos desperdiçam porque consomem os recursos naturais mais do que o necessário, e os pobres porque superutilizam os recursos naturais. Na falta de outros, a pesca oferece um exemplo com o “esforço de pesca”, ou seja, o aumento do número de redes, praticado pelos pescadores para compensar a diminuição do pescado ocasiona a degradação do ambiente pela superutilização dos recursos naturais.

Como já foi citado anteriormente, mesmo afirmando que, entendem os motivos que levam à diminuição do pescado como a poluição, a pesca predatória, a pesca industrial, o aumento do número de pescadores e barcos e o aumento de redes (esforço de pesca), os pescadores não conseguem se organizar suficientemente para que possam ter condições de intervir através de uma participação mais efetiva nas instituições e fóruns onde as questões mais urgentes relativas ao setor pesqueiro estão em discussão. A participação dos pescadores e moradores desta comunidade em eventos ligados aos interesses da pesca está restrita à presença de alguns líderes. São os representantes das colônias de pescadores, associação de moradores, etc. O motivo alegado para a não participação nesses eventos é a falta de informações ou o atraso destas na comunidade.

Predação na pesca

A abordagem sobre a pesca predatória mostra com muita nitidez as diversas contradições existentes entre a palavra e a ação dos pescadores. Em todos os momentos que falamos sobre a pesca predatória, percebi que, o depoimento dos pescadores não era confirmado pela prática que eu vinha observando em vários momentos e, também, pelas contradições detectadas em suas declarações sobre o tema em questão. O certo é que a pesca predatória é praticada de forma indiscriminada na pesca artesanal. Alguns depoimentos confirmam de maneira incontestável o que estou dizendo:

pescador acha que a pesca industrial tira dele. Se eles tem direito de arrastá na costa e tirá o peixe que vai entrar aqui, eles tem o direito quando o camarão tá aqui dentro de pescar de prancha e também o direito de arrastá o cascote, todo o tipo de depredação aqui dentro da Lagoa, porque eles não respeitam lá fora.

No mês de janeiro quando tem camarão, fim de dezembro eles já tão pescando, quando chega a liberar a safra do camarão nós já temos com uns troquinhos no bolso. Já fica mais fácil. No Natal, 1º de Ano sempre aparece aquele camarãozinho e aí quando vira janeiro já temos um troquinho prá comer um pedacinho de carne. Todos fazem a pesca de arrasto. É uma questão de sobrevivência.

As declarações acima demonstram que os pescadores artesanais praticam a pesca predatória. Não só usam redes de arrasto, como pescam em períodos de “defeso”. Em muitas oportunidades os pescadores afirmaram que entendiam os males que a pesca predatória causava não só para a reprodução das espécies de peixes, mas também para outras espécies “arrastadas” por este tipo de pesca, no entanto, em outros momentos suas declarações desmentem suas afirmações mostrando que praticam a pesca predatória, justificando a sua prática de várias formas.

O pescador artesanal considera que, se os pescadores industriais praticam pesca predatória de maneira intensiva fora da barra, ou na costa, prejudicando a entrada do peixe na Lagoa, eles também podem pescar desta forma dentro da Lagoa. Uma das maiores

preocupações dos pescadores artesanais é em relação a pesca da anchova realizada por traineiras que capturam grande quantidade de peixes com tamanho abaixo do permitido pela legislação. Observam, que neste caso, a fiscalização falha em dois momentos, ou seja, quando da pesca e na descarga, quando o produto é levado para a industrialização sem que ocorra uma intervenção das autoridades. Reclamam que, quando se trata da pesca artesanal a fiscalização é rigorosa, tirando dos pescadores até os instrumentos necessários para o trabalho, como os barcos e as redes.

Entendo que, os pescadores artesanais da Vila da Barra justificam a sua prática predatória pela ação predatória de outros. Os entrevistados, alegam em sua totalidade que a fiscalização só é realizada na sua atividade. Segundo suas opiniões, o pescador industrial não sofre uma fiscalização eficiente por falta de equipamentos ou por estarem “protegidos” pelo poder dos grandes proprietários de traineiras. Sentindo-se prejudicados por esta situação revidam com uma ação igual, ou seja, a pesca predatória.

Outro caso de pesca predatória é a realizada em períodos de reprodução do camarão ou da tainha. O pescador entende que não pode perder a chance de pescar em um momento em que o pescado aparecer com certa abundância. Contestam os períodos de defesos estabelecidos. Alguns chegaram a declarar que as pessoas que fazem as leis não entendem de pesca, pois jamais foram pescadores. A opinião dos pescadores é compartilhada pelos outros entrevistados, em sua maioria, que consideram impossível proibir a pesca quando o pescador e a sua família carecem de necessidades básicas como por exemplo a alimentação ou medicação. O depoimento abaixo não deixa qualquer dúvida sobre a solidariedade existente por parte de moradores da vila e que não são pescadores:

É o desespero de levar o pão para casa, que ele passa a ser um predador se quiser. Ele passa a fazer um ato que ele sabe que tá devastando, mas ele tem uma criança que toma leite, que come, e essa criança não quer saber se ele pescou ou não, quer

comer. Ele precisa pescar muitas vezes na "marra", porque tem que pagar o botijão de gás, a conta da luz...

Considero que, este depoimento esclarece bem a questão da pesca predatória realizada pelos pescadores artesanais na Vila da Barra. Entendo que, esta não pode mais ser pensada de uma forma fragmentada, isolada, mas obrigatoriamente deve ser refletida de uma maneira complexa onde o todo possa ser percebido, analisado e transformado, quando necessário.

A prática da pesca predatória faz parte de um complexo sistema de relações econômicas, sociais, políticas e culturais. São interdependentes e reciprocamente influenciáveis, portanto as propostas de soluções precisam necessariamente observar esta complexidade sob o perigo de serem inócuas, servindo apenas como fonte para as estatísticas oficiais comprovando o gasto das verbas públicas no Brasil.

A tentativa de coibir a pesca predatória sem levar em conta as questões econômicas e sociais, política e culturais tem gerado ações fiscalizatórias que visam apenas o cumprimento da lei existente, mas que não é aceita pela população da comunidade de pescadores. Por esse motivo não vejo condições, para que ações desta natureza, que considero apenas de caráter repressivo possam educar, ou que sejam capazes de produzir uma necessária mudança de atitude e, com isto evitar a predação. São ações fragmentadas do contexto, pois não existe uma inter relação com o econômico, com o social, com o cultural e o político. Desta forma, torna-se difícil fiscalizar e punir as ações predatórias na pesca artesanal quando o fato de pescar ou não, significa a satisfação das necessidades fundamentais diárias de uma família. Todos os pescadores tentam de alguma forma burlar a lei e pescam com redes proibidas pela legislação vigente como a prancha e a trolha ou/e pescar em períodos de "defeso" do camarão, da tainha, da corvina.

O Estado é detentor de amplos poderes, que vão desde a criação de mecanismos econômicos e fiscais até a prisão de “criminosos” ambientais, entretanto, no caso da pesca predatória na Vila da Barra, mais do que reprimir entendo como fundamental, que o próprio Estado, junto à sociedade civil possibilite condições mínimas para que as leis possam ser cumpridas pela população. Por exemplo, a pena para a pesca em períodos em que ela esteja proibida, ou realizada com técnicas ou métodos não permitidos, pode variar de um a três anos de reclusão ou multa, ou ambas as penas de forma cumulativas. Entendo que, estas penalizações impostas aos pescadores artesanais só aumentariam a gama de dificuldades vividas por eles, pois além da possibilidade da privação da liberdade poderiam perder redes, barcos e outros equipamentos indispensáveis para atividade pesqueira, sem contribuir de forma efetiva para um maior controle sobre as práticas predatórias.

Fica claro, então, que no caso da Vila da Barra, é urgente a construção de projetos que solucionem concretamente a falta de renda. Durante os períodos de defeso, o seguro - desemprego é insuficiente não só pelo valor, mas também porque não atinge aqueles pescadores que não possuem os documentos exigidos. Devido a falta de escolaridade não possuem a licença de pesca, por exemplo. Além do mais, é necessário um seguro que possa cobrir a ausência de renda durante os períodos de safras frustradas, que são cada vez mais freqüentes. A questão ambiental da comunidade de pescadores da Vila da Barra não pode ser observada apenas sob a ótica da fiscalização e da repressão. Precisa de uma abordagem mais ampla, que inclua questões como a moradia, renda, trabalho infantil e a educação. Estes fatores estão articulados, interligados entre si, precisam, portanto de estudos e ações que considerem o seu contexto e a sua complexidade.

O conceito de complexidade mencionado anteriormente vem ao encontro da proposta que faço de que as soluções para a crise, que atinge os pescadores artesanais da

Barra, e toda a sua comunidade, precisa necessariamente ser pensado e executado sob um prisma complexo. Não considero produtivo proibir a pesca sem levar em conta aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, religiosos, por exemplo. A questão dos recursos pesqueiros deve ser discutida com os pescadores e a sua comunidade, a partir de um enfoque que aborde esses recursos pesqueiros e o uso das artes de pesca na relação ambiental com um enfoque sócio-econômico-ambiental, em busca de alternativas para um desenvolvimento sustentável das regiões costeiras, como caracterizamos o caso da Barra..

As medidas fiscalizadoras possuem um alcance menor do que o desejado devido a fatores que ultrapassam a existência de uma lei. Mesmo que o Estado tivesse uma estrutura em recursos tecnológicos e humanos suficiente para obrigar o cumprimento da lei, isto realizado de forma isolada seria entendido, como é atualmente, apenas como uma atitude repressiva por parte das autoridades. Os depoimentos de pessoas representantes da comunidade pesqueira demonstram esta situação:

Pro pessoal podê se safá, porque tudo o IBAMA bate, tranca, né, o pessoal trabalha escondido; a fiscalização só prende os pequenos; quando liberam a pesca já não existe mais peixe; todos fazem a pesca de arrasto, é uma questão de sobrevivência.

Como já foi mostrado anteriormente as opiniões defendidas pelos pescadores encontram respaldo nos outros entrevistados. Em síntese, todas as pessoas entrevistadas possuem a mesma idéia em relação a pesca predatória.

Quando decidi entrevistar não somente pescadores, considerei a necessidade de um aprofundamento dentro da sociedade com o intuito de comparar as opiniões de pessoas que percebem uma mesma realidade de um ponto de vista diferente, ou seja, do ponto de vista do pescador, do morador, do líder comunitário, do comerciante da pesca e das professoras da escola da comunidade.

Minayo (1998:108), referindo-se as Representações Sociais se pronuncia da seguinte forma: *As Representações Sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais.*

O tratamento da questão da pesca predatória envolve mais do que o conhecimento acerca dos males que esta causa para a atividade pesqueira e o meio ambiente como um todo. Existe um outro fator a ser considerado. Os pescadores desafiam a existência de uma lei, burlam a fiscalização e recebem de toda a comunidade, considerando os entrevistados, um sentimento de solidariedade e proteção para que o crime ambiental seja praticado. Alegam que a fiscalização é realizada de uma forma repressiva e até, em alguns casos, com violência. É consenso entre os entrevistados, que a pesca industrial pratica a predação com maior repercussão para o Meio Ambiente do que a pesca artesanal, permanentemente dentro ou fora das três milhas permitidas pela legislação, sem que ocorra uma fiscalização efetiva por parte das autoridades competentes. Um dos pescadores em seu depoimento sobre a pesca industrial demonstra de forma inequívoca esta realidade: *Eles trabalham direto. Corvina, peixe de fundo, tudo direto. Esses barcos grandes viram direto. Ai o IBAMA vai pegar quem? O pequeno que tá sempre nas vistas dele. Nós não podemos ir muito longe por causa dos nossos recursos*

São duas as justificativas para a pesca predatória por parte dos pescadores artesanais e a sua comunidade: a necessidade de sobrevivência e o entendimento que os grandes predadores e as fontes poluidoras não são “incomodadas” pela fiscalização.

Faço uso das palavras de Minayo para sustentar o que penso:

Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de

conhecimentos. Mas, além disso, as Representações Sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade (1998:108;109).

Entendo, estar presente nas Representações Sociais dos entrevistados, um sentimento de não aceitação, de resistência contra uma realidade que lhes parece injusta. Entretanto não é visível na comunidade uma busca organizada de soluções para os seus problemas mais prementes, ou seja, suas críticas não ultrapassam os limites da verbalização.

O meio ambiente

As representações dos atores sociais da comunidade de pescadores da Vila da Barra sobre o meio ambiente demonstram que a maioria dos entrevistados não possui um pensamento que expresse clareza sobre um conceito de meio ambiente. Além disto, percebi que a idéia de meio ambiente que eles manifestaram é restrita ao seu espaço de convivência, ou seja, percebem apenas o que está mais próximo de si. Entendo que, isto significa também um “comprometimento” apenas com os seus interesses mais imediatos, principalmente os de ordem financeira. Outra constatação é que quase todos os entrevistados não se percebem como elementos deste meio ambiente. A exceção é de apenas um entrevistado.

Em suas representações transparece um descompromisso com as questões ambientais de uma forma generalizada. Desde o modo como encaram a prática da pesca predatória, passando pelo destino do lixo produzido durante as pescarias no “mar” e concluindo com a separação do “lixo limpo”.

Quanto a pesca predatória um depoimento focalizando esta prática realizada pelas

traineiras explicita bem esta questão, aqui abordada:

No alto mar eu acho que só prejudica quando lanceio na nossa entrada da “boca da barra”, porque tem essa lei das quatro milhas... acontece que eles vem lançar a quinhentos metros da costa, aí o peixe não entra, mas onde eles estiver lá por Santa Vitória, a dez, quinze, vinte milhas, eu creio que não prejudicial, porque o mar é muito grande.

A declaração mostra de forma muito evidente que a preocupação com a pesca predatória praticada pelas traineiras está presente apenas quando esta prejudica a entrada de peixe na barra, demonstra também uma preocupação com a questão legal, do que é permitido, ou do que é proibido. Mas, quando a predação é realizada longe do seu espaço de convivência mais próximo, portanto não afetando imediatamente os seus interesses, não é vista como prejudicial para o meio ambiente.

Em relação ao destino do “lixo limpo”, é importante salientar que em Rio Grande-RS, existe um projeto em andamento de recolhimento e reciclagem de lixo. Os entrevistados declararam que não possuem o hábito de separarem o lixo orgânico do lixo reciclável, quanto ao destino dado ao lixo produzido durante as pescarias os agentes sociais declararam que, o lixo era atirado ao “mar”, visto que não poderiam trazer o “lixo para casa”. Acreditam que não causam prejuízo ao meio ambiente, pois o “mar” é muito grande, segundo suas palavras. É importante salientar que, em várias oportunidades presenciei os entrevistados jogando ao chão carteiras de cigarros vazias, cascas e restos de frutas, papel de balas, etc.

Procurro fundamentação no pensamento de Minayo, (1998:108), quando diz que as Representações Sociais são manifestadas através das palavras, dos sentimentos e das condutas e, assim se institucionalizam, precisam estas ser analisadas a partir do entendimento das realidades estruturais e dos comportamentos sociais. Os entrevistados na

comunidade pesqueira da Vila da Barra- Rio Grande-RS demonstram claramente em seus depoimentos exatamente o tipo de sociedade de que fazem parte. Uma sociedade que privilegia o atendimento das necessidades locais e imediatas sem atentar para as questões de maior alcance em tempo e espaço. As próprias condições de vida desta população, sua realidade sócio - econômica não permite que o seu pensamento possa se espriar por horizontes mais globais e complexos, já que necessitam, permanentemente, “lutar” por itens fundamentais para a sua sobrevivência, como a alimentação, por exemplo. Acabam percebendo apenas aquilo que provoca uma “mudança” imediata na sua condição de vida. É importante considerar o pouco tempo de escolarização e o restrito acesso a um maior número de informações por parte desta população. Entendo que, uma maior escolaridade poderiam favorecer um conhecimento mais amplo da realidade, ou das realidades.

Uma outra Representação Social confirma minhas interpretações sobre o pensamento que os entrevistados possuem sobre o meio ambiente: *O meio ambiente sempre foi destruído. O uso gasta a natureza. Tem coisas, que precisa de tempo, eu não tenho tempo prá pensar em educação ambiental e cidadania. Preciso trabalhar prá viver. A praia está sempre suja de óleo queimado. Vem da limpeza dos barco.*

Esta Representação Social demonstra com muita clareza o conceito que os entrevistados possuem sobre o meio ambiente. Para eles o meio ambiente é um sinônimo de natureza, o que para Brügger (1999), é uma representação dominante. Quando manifestam sua preocupação com as questões ambientais percebe-se uma limitação a fatores como a poluição gerada pelo óleo derramado, e suas conseqüências mais imediatas, como por exemplo a impossibilidade de não poder pescar devido a um derramamento de óleo muito grande que possa provocar uma grande mortalidade de peixes.

Brügger (1999), diz que freqüentemente as questões ambientais são “confundidas” apenas como poluição e centrada nos problemas de característica técnica ou natural:

onde prevalecem as necessidades de preservação do potencial produtivo dos ecossistemas, dos recursos naturais e estudo de seus distúrbios como a poluição ou a extinção massiva das espécies e não um conceito total, que inclui o homem e sua dimensão histórico-social, (1999:523).

Para a maioria dos entrevistados o meio ambiente é constituído somente de elementos abióticos (água, ar, solo) e os bióticos (seres vivos). Com exceção de um entrevistado, todos os outros mostram em suas representações que não percebem com clareza, que os homens e suas relações com os elementos físicos, políticos, econômicos, sociais e culturais podem resultar ou não em melhores condições de vida, na existência de um meio ambiente saudável ou não.

Outra representação de um pescador, que encontra concordância em outros entrevistados, identifica bem a visão de meio ambiente que os participantes da pesquisa possuem, e, que, certamente é produto de suas heranças culturais, transmitidas por gerações: *O que meu pai me ensinou, foi a pescar, mas não a preservar. Deus fez o peixe para ser pescado pelo homem.*

Esta Representação Social está carregada de uma visão antropocêntrica da natureza, onde o homem fundamentado neste pensamento, detém o direito de explorar os recursos naturais para que seja viabilizada a sua sobrevivência. É fundamentada por uma tradição cristã que coloca Deus como criador de uma natureza infinita, inesgotável, mas indubitavelmente não foi só a doutrina cristã que motivou a exploração humana sobre os recursos naturais. Considero, ainda muito pior, a contribuição que o capitalismo forneceu ao processo de degradação ambiental, quando a “conquista” do meio ambiente extrapola o enfoque da simples sobrevivência e transforma-se em uma séria possibilidade de acúmulos

de lucros, e de construir riquezas. Dentro desse enfoque, considero importante salientar que, a matriz socialista de produção também contribuiu para a degradação ambiental, pois, para mim, não foi capaz de oferecer alternativas para uma produção sustentável. Também errou ao considerar a natureza uma reserva infinita de fornecimento de recursos e de absorção de resíduos. Entretanto, o capitalismo, fornece aos recursos naturais o status de mercadoria, portanto fontes de riquezas. Sem dúvida a cobiça fundamentada em princípios capitalistas, gerou e continua gerando muita degradação ambiental. A exploração descomunal dos recursos naturais e dos seres humanos são graves motivos da crise de civilização que estamos vivendo.

Apoio-me em Leff (1999), quando diz que esta crise é caracterizada por três fatores fundamentais de rompimento e renovação. Em sua abordagem estabelece os limites: (a) do crescimento e a construção de novo paradigma de produção sustentável; (b) o fracionamento do conhecimento e a emergência da teoria de sistemas e o pensamento da complexidade; (c) o questionamento a questões como à concentração do poder do Estado e do mercado, e as reivindicações por democracia, equidade, justiça, participação e autonomia.

São pontos de ruptura que colocam em dúvida os paradigmas dominantes do conhecimento, dos modelos de sociedade, e defendem a construção de uma nova racionalidade social, fundamentada em novos valores e saberes; em novos modos de produção e, também, em novas concepções de democracia.

A Representação Social de uma docente entrevistada, que insere o homem como integrante do meio ambiente diz o seguinte: *teria que ter mais uma valorização entre os seres humanos, para que não afetassem nem o interior, o meio ambiente anterior do homem, nem o meio ambiente exterior. O meio ambiente é tudo, e somos todos nós e*

nossas relações.

Esta afirmação não é confirmada pela observação dos trabalhos de Educação Ambiental propostos e orientados pela entrevistada na escola da comunidade. São trabalhos onde aparecem de forma enfática a defesa dos mares, dos rios, sistemas de dunas e defesa de determinadas espécies animais ameaçadas pela degradação. Entretanto, em nenhum momento insere os homens e suas relações, físicas, econômicas, sociais, culturais e políticas como integrantes deste meio ambiente.

A cidadania

Nenhum dos atores sociais participantes da pesquisa conseguiu formular um conceito sobre cidadania. Considero importante salientar, que dois dos participantes desta pesquisa, no caso específico, as professoras, são possuidores de curso superior. Entretanto, analisando as representações dos atores sociais da comunidade de pescadores em relação aos demais temas abordados, e já mencionados anteriormente, entendo que a dificuldade de conceituar cidadania está em concordância com a realidade em que vivem.

Suas Representações Sociais sobre a profissão de pescador, sobre o seu futuro e de seus filhos, sobre a predação na pesca, sobre o trabalho infantil e meio ambiente, por exemplo, demonstram para mim, que nesta comunidade não é exercida cidadania em sua plenitude.

Concordo com Arroyo (2001:41) , quando diz que, hoje cidadania significa lutar pelos direitos sociais mais elementares como: viver, comer, dormir, morar e trabalhar. Defendo, que na sociedade capitalista o trabalho, o emprego e a renda são itens essenciais para a concretização da cidadania. É isto, que torna possível, ou não, a sobrevivência de

uma família, a possibilidade ter filhos ou não, de ter companheiro, companheira ou não, de possuir uma casa, ou não, enfim viver onde e como quiser. Sem isto, não existe dignidade humana, e, quando não temos garantido o status de humanidade, fica impossível ser um cidadão.

Entretanto, defender este conceito neste momento, não significa entender que a cidadania resume-se em apenas isto. Ao contrário, é intenção mostrar a preocupação com o retrocesso social em que atualmente estamos vivendo. Poderia estar falando de participação política, de educação, de justiça, de qualidade de vida, mas não, estou apenas falando de sobrevivência, de trabalho, de emprego, de dignidade.

Sei que, a maioria dos habitantes da comunidade de pescadores da Vila Barra não passam fome e possuem onde morar. Entretanto, a cada dia que passa diminui o rendimento que conseguem oriundo da pesca artesanal. No horizonte desta comunidade já é percebido o “fantasma” do desemprego. Vivem uma situação de insegurança não só na questão da atividade pesqueira, mas, também em relação à questão da moradia, visto que a área onde habitam é patrimônio da União destinada à expansão do complexo portuário, confirmando-se o crescimento do porto do Rio Grande, o que parece inevitável, segundo os estudiosos deste setor da economia. Desta forma, esta população que hoje vive neste espaço-ambiente poderia ser obrigada a retirar-se do local. Esta possibilidade, que para muitos parece distante, é uma preocupação que percebi presente nas Representações Sociais dos participantes desta pesquisa, que são moradores da Vila da Barra.

Relação meio ambiente – cidadania - educação ambiental

A Constituição Federal promulgada em 1988, estabelece que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, sendo um bem de uso comum e

fundamental para a vida com qualidade. Responsabiliza não somente o Estado mas , também à coletividade por sua preservação, conservação e defesa.

Quintas (1996), aborda esta questão afirmando que, está na necessidade de garantia do direito a um meio ambiente equilibrado, considerado como um bem de uso comum, portanto, como um espaço público, e a forma como acontece a apropriação dos recursos ambientais, a relação entre cidadania e meio ambiente.

Segundo a autor, isto acontece de forma tensa no processo de mediação dos interesses, que são em muitas oportunidades conflitantes. É na ação dos atores sociais sobre os meios físico natural e construído, que eu entendo, como determinadas por fatores econômicos, políticos, sociais, culturais, de forma complexa, que são definidos e redefinidos permanentemente as práticas capazes de modificar o meio ambiente, distribuir custos e benefícios para toda uma sociedade.

O poder de decidir e intervir nas questões ambientais, com seus custos e benefícios, estão distribuídos de maneira assimétrica. Alguns grupos com poder econômico ou poderes outorgados pela sociedade possuem a capacidade de “gerenciar” as questões ambientais, de forma direta ou indireta, produzindo conseqüências, sejam estas positivas ou negativas.

De acordo com Quintas (1996), os empresários influenciam com o poder do capital, os políticos com o poder de legislar, os juizes com o poder de condenar e absolver, os membros do Ministério Público com poder de investigar e acusar, os dirigentes de órgãos ambientais com o poder de embargar, licenciar, multar, os professores e jornalistas com o poder de influenciar na formação de “opinião pública” e as agências estatais de desenvolvimento com poder de financiamento, de criação e infra-estrutura, por exemplo.

No caso pesquisado na comunidade de pescadores da Vila da Barra, entendo que,

esta assimetria é visível em vários momentos: acontece na formulação dos calendários de pesca, acontece no momento de comercialização do pescado, e acontece por exemplo, na ampliação dos Molhes da Barra, obra contestada pelos pescadores, que receiam que a corvina, e a tainha possam deixar de entrar na Barra, além de aumentar o espaço para os barcos de arrasto atuarem.

A reclamação dos pescadores em relação aos aumento do Molhe Oeste em novecentos metros, deixando-o com quatro mil e sessenta metros de extensão, é de que a partir de então os peixes que vêm do Sul, pela costa e entram nos molhes em direção a Lagoa terão mais novecentos metros de acréscimo em sua trajetória além da profundidade que será maior que os oito metros atuais. Segundo os pescadores, os impactos ambientais não foram discutidos com eles, além de suas opiniões não terem sido consideradas pelas autoridades, apesar da tentativa realizada através de lideranças ligadas intimamente às atividades pesqueiras nesta região.

Diante destas realidades, que evidenciam problemas no ambiente natural e o social e a ausência do exercício pleno da cidadania, entendo necessário uma abordagem sobre as relações estabelecidas entre Meio Ambiente, Cidadania e Educação Ambiental.

A Educação Ambiental em seus mais de vinte anos de existência evoluiu muito, entretanto, entendo que, a idéia de trabalhar a Educação Ambiental direcionada para o exercício da cidadania no sentido de desenvolver a organização coletiva como forma de enfrentar com maior qualidade os conflitos socioambientais é fundamental para o seu processo construtivo, transcendendo a visão conservadora, que aposta na prática conteudista, biológica e pragmática.

De acordo com Tanner (1978), a educação conservacionista privilegia o seu